



10 ANOS

SPMBAHIA
REVISTA DAS MINA, ANO III

UMA DÉCADA EM DEFESA DAS MULHERES

SPMBahia faz dez anos com políticas públicas para o combate à violência, promoção da autonomia e da equidade de gênero.



SPMBAHIA
REVISTA DAS MINA, ANO III

UMA DÉCADA EM DEFESA DAS MULHERES

SPMBahia faz dez anos com políticas públicas para o combate à violência, promoção da autonomia e da equidade de gênero.



Revista Das Mina

Uma publicação do Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Governador

Rui Costa

Vice-governador

João Leão

Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

Julieta Palmeira

Chefa de Gabinete

Daniele Costa

Diretoria Administrativa e Financeira

Iracilda Santos

Coordenação de Articulação Institucional de Ações Temáticas

Isis Macagnan

Coordenação Executiva de Planejamento e Gestão

Fernanda Vieira

Assessoria de Planejamento e Gestão

Yolanda Checucci

Coordenação da Assessoria de Comunicação

Maria das Dores (Dôri) Machado

Equipe Ascom

**Ana Emília Ribeiro (in memoriam), Ane Novo, Mayara Boaventura,
Jailson Santana e João Vitor (estagiário)**

Fotografia

Edson Ruiz e Marina Alfaya

Coordenação Editorial e Textos

Dôri Machado

Projeto Gráfico

Carlínio França

Fechamento de arquivo

Bárbara Almeida

Impressão

TodaCor Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 3 mil

Endereço

Av. Tancredo Neves, nº 776, Bloco A, 3º andar, Caminho das Árvores

CEP: 41.820-904 – Salvador – Bahia

71 3117-2818 – www.mulheres.ba.gov.br

ÍNDICE

Apresentação	5
1. O começo	
Os avanços nas políticas públicas para as mulheres a partir da criação da Secretaria Nacional	10
Uma década de uma conquista histórica para as mulheres da Bahia	14
2. O combate a violência	
Combate à violência se faz com investimentos e prioridade	20
Ações intersetoriais e integradas consolidam atuação da SPM Bahia	22
Capacitações e ações educativas contribuem para prevenção à violência contra as mulheres e atendimento mais humanizado	24
Ônibus lilás chega a povoados com serviço multidisciplinar para mulheres em situação de violência	30
Ronda Maria da Penha - Um marco na proteção às mulheres em situação de violência	32
Livros e selo editorial divulgam estudos e pesquisas com foco nas mulheres	34
3. Autonomia econômica e social	
Editais contemplam organizações da sociedade civil com projetos na área de autonomia e enfrentamento à violência	38
Casas de Farinha Móveis e ações de inclusão produtiva promovem autonomia de mulheres rurais	41
Marisqueiras com Orgulho - Projeto proporciona geração de renda para marisqueiras de Maragojipe	43
4. A cultura e a desconstrução do machismo	
Campanhas de sensibilização educam para o respeito às mulheres	48
Quem ama, abraça - Campanha em escolas da rede pública educa jovens para prevenção à violência contra as mulheres	52
Projeto inspira a juventude para enfrentamento ao machismo e ao racismo	53
Casa Respeita as Minas - Um espaço de arte, cultura, debates, oficinas e estímulo à economia criativa	55
Mulher com a Palavra - Vozes pelo empoderamento feminino por meio da arte	58
Iniciativas dão visibilidade às mulheres da cena musical instrumental	62
5. Empodera, mulher!	
Dignidade Menstrual como condição para o empoderamento	66
Programa distribui absorventes na rede pública e promove ações educativas para a saúde menstrual	68
Oferta de serviços e orientações fortalecem políticas de atenção à saúde da mulher	70
6. A ciência como meio de empoderamento	
Respeita a nossa história, respeita a nossa ciência!	74
Ações integradas incentivam participação das mulheres nas ciências	76
7. Pandemia	
O impacto da pandemia de covid-19 na vida das mulheres	80
Novos serviços e ações para as mulheres em situação de violência	82
Rede Mulher Solidária - União de esforços para minimizar impacto da crise sanitária na vida de mulheres em vulnerabilidade social	84
Serviços no ambiente virtual são alternativa	86
CDDM promove reunião ampliada e lança guia para criação de conselhos municipais de mulheres	88
Principais ações e marcos da política pública para as mulheres na Bahia	90

APRESENTAÇÃO

Políticas públicas para garantir vida plena às mulheres baianas

A dimensão do desafio da superação da desigualdade de gênero, do patriarcado, se entrelaça com a forma como se distribui a riqueza e com a interação com a diversidade em nossa sociedade. A ONU incorpora esse desafio aos objetivos do desenvolvimento sustentável. De fato, superar essa desigualdade significa avanço civilizatório. O protagonismo está na união do governo e da sociedade como um todo no enfrentamento da violência de gênero, da sub-representação feminina nos espaços de decisão e das violações dos direitos humanos das mulheres, abalando até mesmo a autonomia sobre o seu corpo; além do combate cotidiano da cultura machista e misógina que reproduz essa desigualdade. Mas, sem dúvida, os governos devem cumprir a sua parte implementando políticas intersetoriais e integradas com esse objetivo.

A viragem política em 2016 interrompeu um ciclo de conquistas de políticas públicas para as mulheres. O desatrelamento de programas e ações e a retração de recursos para essas políticas significaram um retrocesso que impactou profundamente na busca das brasileiras por uma vida plena. Soma-se a isso, políticas econômicas excludentes e a retração da atividade econômica com o isolamento social necessário para enfrentar a pandemia da Covid 19. Maioria da população, as mulheres foram as mais impactadas, em especial as mulheres negras.

Em âmbito do estado da Bahia, nesse período, houve resistência diante da retração de recursos federais e de desmonte das políticas públicas para mulheres. As políticas foram implementadas, muitas delas inovadoras e pioneiras, contribuindo decisivamente para o enfrentamento à violência de gênero e a promoção da autonomia econômica e social das mulheres. Resistimos e esse resistir trouxe conquistas e enriquecimento na construção e implementação de políticas públicas para as baianas.

Apresentamos aqui algumas das realizações da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres da Bahia desde a sua criação em 2011 até 2022. Além da decisão política governamental, essas ações somente foram possíveis por ter uma equipe com compromisso com uma gestão feminista e voltada para fortalecer a ação de organismos de políticas para mulheres estadual e municipais como elementos imprescindíveis para a garantia da intersetorialidade e integração de políticas públicas para mulheres com consequente ação transformadora.

Julieta Palmeira
Secretária da SPM-BA









Os avanços nas políticas públicas para as mulheres a partir da criação da Secretaria Nacional

Por Eleonora Menicucci

Profa. Titular Sênior da UNIFESP; Prof^a visitante Sênior da UFABC e ex-ministra de Políticas para as Mulheres dos Governos Dilma Rousseff.

Criada em janeiro de 2003, a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR) permaneceu até maio de 2016. Teve vida curta de apenas de 13 anos, embora suas realizações tenham sido notáveis ao implementar avanços inovadores em relação às políticas públicas destinadas às mulheres.

A SPM/PR Introduziu e efetivou novos paradigmas na institucionalização de políticas públicas para igualdade entre mulheres e homens que passaram a servir de referência à institucionalidade do Estado brasileiro. Tais paradigmas romperam com as ações assistencialistas e tutelares direcionadas às mulheres, equivocadamente nominadas de minorias. Esta nova estratégia trazida pela SPM/PR se constituiu em 'espelho' para países da América Latina e mesmo da Europa.

Antes de destacar as principais políticas e ações concretizadas na gestão vale afirmar que a maioria, senão foram extintas, as que restaram vem sendo desvirtuadas na conjuntura política com a gestão no atual Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Destacam-se os paradigmas que dinamizaram e nortearam a gestão finda em 2016 desaparecidos na atual gestão:

A participação social com a presença das mulheres nas Conferências Nacionais, agregadas com a presença das três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Foi das recomendações propostas pela diversidade das mulheres que participaram destas Conferências que resultou na elaboração dos Planos Nacionais de Política para Mulheres,

sendo o terceiro e último plano elaborado na minha gestão (2013-2015);

O fortalecimento da estratégia da transversalidade caracterizada por integrar políticas públicas setoriais à perspectiva da igualdade de gênero em suas etapas de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. Os desdobramentos da estratégia da transversalidade horizontal responderam a meta prevista no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM 2013-2015 de criar e ampliar os Mecanismos de Gênero em órgãos governamentais, com participação de representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Assim, foi estruturado o conjunto de 18 Mecanismos de Gênero nos Órgãos do Poder Executivo Federal, cujas metas e ações estavam articuladas ao 3º PNPM e ao Plano Plurianual (2012-2015), com discriminação orçamentária estabelecida e explicitação dos segmentos de mulheres a serem beneficiados;

O desenvolvimento das ações da SPM/PR diretamente integradas à esfera intragovernamental e com fomento à participação social. Esses fatores garantiram a criação de um sistema horizontal de monitoramento e a avaliação das políticas públicas, realizado através da criação do Comitê de Monitoramento do PNPM (2005), com vistas também a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

A incorporação de tais paradigmas na gestão da SPM/PR, além de caracterizar seu fortalecimento, a colocou em um

patamar de destaque nacional e internacional, uma vez que sua participação e reconhecimento se fizeram distinguido e enaltecido durante o evento da Comissão Social da Mulher realizada anualmente pela ONU, onde a presença da SPM representando o Brasil, sempre teve muito destaque e visibilidade.

O governo brasileiro, representado pela SPM, se engajou favoravelmente em todas as manifestações e acordos pela ONU, OEA, OIT e dos demais organismos da comunidade internacional em manifestar seu apoio no fortalecimento das políticas públicas destinadas às mulheres.

Na sequência destacam-se políticas, programas e ações realizadas e apoiadas pela SPM, que impactaram a governança como também, tiveram repercussão internacional, sobretudo no contexto da América Latina e do Caribe, assim como de países africanos.

1. Políticas Públicas de combate à violência contra a Mulher: Viver sem violência – que faz parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, a partir de atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira; Ouvidoria da Mulher (criada com vistas a estabelecer canais de comunicação com a sociedade, orientando e informando na busca e defesa dos direitos das mulheres); Ligue 180 – Central de Atendimento



Eleonora Menicucci, coordenadora do GT da temática mulheres na transição de governo

à Mulher; Casa da Mulher Brasileira; Criação de unidades móveis - por terra e fluvial - para atendimento a mulheres em situação de violência no campo, na floresta e nas águas; a Lei nº 13.104/15 ou Lei do Feminicídio (criada para tipificar a morte violenta da mulher, como crime de feminicídio, incorporando-se às várias legislações aportadas pela comunidade latino-americana de combate à violência contra a mulher;

2. Políticas Públicas em relação ao desenvolvimento do trabalho feminino: Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (criado para incentivar o 'Programa Empresa Cidadã'; ampliar a licença maternidade; a inserção e a permanência das mulheres nas empresas participantes e contribuir para o acesso das mulheres a cargos executivos); Diálogos com o mundo do trabalho (realização de Encontros com Mulheres Sindicalistas; estímulo ao Fórum de Mulheres das Centrais Sindicais; proposição de intervenção nas pautas em tramitação no Congresso Nacional); PEC das domésticas (incentivo a criação da Emenda Constitucional nº 72/2013, ampliando de 13 para 29 os

direitos às trabalhadoras domésticas); Comitê Geral do Uso do Tempo (CGUT) (organização da 35ª Conferência da IATUR no Brasil. Esta Conferência reuniu especialistas de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania, e institutos de produção de dados e indicadores, com foco no uso do tempo.

3. Políticas públicas destinadas à moradia/habitação. Aqui, destaca-se a parceria e o apoio da SPM/PR aos seguintes programas: Minha Casa, Minha Vida (86,44% dos 66.223 contratos foram firmados diretamente foram com mulheres); Bolsa-família (as mulheres eram titulares de 93% dos cartões); Programa Luz para Todos (entre 2011 e 2015, 458,7 mil famílias do Cadastro Único foram atendidas, das quais 285 mil eram chefiadas por mulheres); Água para todos (programa um milhão de cisternas destinado ao atendimento das famílias carentes de abastecimento de água, sobretudo residentes no interior da região Nordeste).

4. Mais Mulheres no Poder: a criação de Organismos de Política para as Mulheres (OPM): o desenvolvimento de uma

estratégia de incentivo à criação dos OPMs nos estados e municípios deu bons resultados. Em 2004 existiam 13 localidades que contavam com OPMs; a partir do Plano Plurianual 2013 - 2015, a meta de criação de 1.000 OPMs foi concretizada, em 2015.

5. Saúde da Mulher, Saúde sexual e saúde reprodutiva: no escopo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, foi elaborado um conjunto de materiais informativos sobre os métodos contraceptivos na intenção de informar a população sobre seus direitos. Uma das ações foi a implantação do Teste Rápido de Gravidez (TRG) em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o objetivo de oferecer às usuárias acesso à detecção precoce da gestação, com acolhimento da equipe de Atenção Básica (AB) e orientações baseadas nas necessidades singulares de cada mulher.

- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM): promoção dos direitos sexuais e os direitos reprodutivos, com vistas a contribuir na redução da morbidade e mortalidade das mulheres, promover a qua-

lificação e humanização das ações em saúde integral das mulheres nas suas diversidades e especificidades (raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência, em situação de prisão e de rua).

6. Avanços legislativos. Foram criadas e estabelecidas diretrizes para o atendimento de vítimas de violência (Decreto N. 7958, de 13/03/2013); para o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual (Lei N. 12.845, de 01/08/2013);

7. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: criado para fortalecer e estimular a participação social; além de subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; dar visibilidade às políticas públicas e ações que o Estado brasileiro realiza nos âmbitos nacional e internacional. As repercussões do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero se fizeram presentes na produção do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), que sistematizava toda a produção sobre as políticas, trazendo dados e outras informações sobre a realidade das mulheres que passaram a servir de referência para a implementação de políticas de igualdade de gênero, em outras esferas do governo.

8. Participação em Ações Internacionais: a SPM sempre teve presença constante e forte atuação em diferentes fóruns internacionais no campo das políticas públicas dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, trabalhando em articulação com o Ministério de Relações Exteriores. Entre eles, destaca-se a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe/Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal, 2012), realizada em Quito, no Equador, com vistas a integração de políticas para as mulheres no contexto da América Latina.

Observa-se que na gestão atual do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob a gestão da ministra Damares Alves, nenhuma das participações vem ocorrendo; ao contrário, tem havido uma completa ausência de participação

desta gestão nas Conferências, Fóruns e Reuniões no contexto da América Latina, sobre as políticas destinadas às mulheres. Nenhuma notícia tem sido divulgada, embora estas reuniões tenham ocorridos no contexto da pandemia de forma remota/e ou presencial durante o ano de 2020.

Destaca-se que gravíssima foi a atuação - quase uma tragédia - retratada recentemente, na ONU, pelo governo brasileiro, na pessoa da ministra Damares Alves, que apresentou o plano do Governo Federal de realizar uma campanha pela abstinência sexual entre adolescentes; ao mesmo tempo defendendo que fossem retirados dos documentos na ONU e OMS qualquer tipo de referência sobre "educação sexual".

“Sabia do tamanho do desmonte das políticas públicas que o governo Bolsonaro provocou, mas, ao ver de perto tudo desmontado, inclusive a estrutura física onde aloja a atual SPM, a indignação gerou uma sensação de tamanha perplexidade”

O discurso ocorreu um dia depois da data que marca o Dia Internacional da Mulher. Naquele momento, o Brasil se recusou a aderir a uma declaração conjunta realizada por mais de 60 países para defender o direito de meninas e mulheres, inclusive no que se refere ao acesso a direitos reprodutivos e sexuais. Desde o final do governo de Donald Trump, o Brasil assumiu, de uma maneira informal, a liderança de uma coalizão de países ultraconservadores que tentam minar qualquer brecha para que a ONU amplie direitos e proteções às mulheres.

Com a vitória do Presidente Lula na eleição de outubro, fui convidada

para participar do GT temático sobre mulheres como coordenadora na transição. Foi sem dúvida alguma uma das experiências mais emocionantes que vivi. Sabia do tamanho do desmonte das políticas públicas que o governo Bolsonaro provocou, mas, ao ver de perto tudo desmontado, inclusive a estrutura física onde aloja a atual SPM, a indignação gerou uma sensação de tamanha perplexidade, que só nossa determinação e compromisso com a vida das mulheres, foi capaz de nos segurar e nos colocarmos em movimento para reconstruir das cinzas as políticas públicas para as mulheres.

Três dimensões do desmonte e apagação de dados são fundamentais para descrevê-lo:

1) Desmonte das próprias políticas públicas e de todo o legado de nossos governos, sendo o mais indignante, o projeto político fundamentalista e misógino que retirou a mulher como sujeito de direito e a subsumiu na família;

2) Desmonte orçamentário: quando fomos golpeadas em 2016, que tirou do poder a primeira mulher eleita e reeleita PR do Brasil, Dilma Rousseff, sem nenhum crime de responsabilidade, deixei a SPM com 260 milhões para políticas transversais e 360 milhões para as Casas da Mulher Brasileira. Hoje, no orçamento enviado ao Congresso Nacional, está previsto 23 milhões, sendo 13 para as Casas e 10 para outras políticas;

3) Todos os decretos que destruíram as políticas com o nosso pressuposto da mulher como sujeito de direito, foram transformados em famílias, como o Programa de enfrentamento à violência contra as mulheres, Mulher Viver Sem Violência, transformado em mulher segura e protegida. Esse é apenas um dos 10 decretos que a coordenação do GT propôs para o Revogação.

Termino afirmando que a esperança venceu o ódio e as mulheres voltarão a terem políticas públicas que garantam sua condição de sujeitos de direitos.



Representação da ONU Mulheres apresenta, no Seminário de Políticas para Mulheres nos Municípios, a agenda 20-30 com objetivos de desenvolvimento sustentável pela igualdade de gênero.

Uma década de uma conquista histórica para as mulheres da Bahia

SPM Bahia surge em 2011 em um contexto de avanço das políticas públicas para as mulheres e se mantém firme no seu propósito de luta pela equidade de gênero, resistindo à retração das políticas federais para o setor.



Uma década de existência e um caminho a percorrer. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia – SPM, em 4 de maio de 2011, foi um marco e uma vitória para o movimento de mulheres empenhado na luta pela equidade de gênero e em assegurar políticas públicas em sintonia com a política nacional em desenvolvimento no país, naquele momento.

Promessa de campanha do candidato ao governo Jaques Wagner, a criação de uma pasta específica para elaborar políticas para as mulheres foi anunciada em 31 de março de 2011. Menos de dois meses depois tomava posse a primeira titular da pasta, a secretária Vera Lúcia Barbosa, na época dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e coordenadora geral do acampamento de mulheres trabalhadoras rurais na Bahia.

Passados dez anos, a SPM Bahia é uma das poucas secretarias específicas em atividade no país, desde a vi-

ragem política com a destituição da presidenta Dilma Rousseff.

“Eu espero que esse exemplo da SPM possa se multiplicar e não tenho dúvida que com a chegada do governo do presidente Lula a partir de 2023 as várias conferências e os espaços de diálogo que foram interrompidos serão retomados”, aposta o senador Jaques Wagner, que se diz orgulhoso pela criação da Pasta no segundo mandato à frente do Governo da Bahia.

A SPM abriu espaço para que as mulheres tivessem um local de fala dentro do governo, além das conferências todas que nós fizemos para que as políticas governamentais tivessem um link direto com as maiores interessadas, que são as mulheres.

A missão

A SPM Bahia surge com a missão de elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para as mulheres em sua

diversidade, priorizando aquelas em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Foram estabelecidos cinco eixos prioritários de atuação: economia e inclusão produtiva no campo e na cidade; empoderamento das mulheres; enfrentamento à violência; educação inclusiva e não sexista; saúde e direitos reprodutivos.

A história da SPM Bahia é marcada por desafios, inerentes a uma pasta que tem como objetivo central a promoção da equidade entre homens e mulheres, o combate ao preconceito e às desigualdades naturalizadas pelo machismo e o patriarcado. O primeiro deles: a estruturação em si e a elaboração das primeiras políticas públicas.

“A gente chega e encontra um desafio muito grande. No mesmo ano a gente tinha que preparar e organizar a conferência estadual de políticas para as mulheres, mas ao mesmo tempo tinha que pensar os editais, os diversos projetos para desenvol-

ver, restabelecer o Conselho Estadual das Mulheres e nesse mesmo tempo a gente tinha que montar e construir a estrutura da Secretaria, que inclusive nem sede tinha. Começamos a fazer tudo isso com uma equipe pequena, mas com uma garra e compreensão muito grande”, recorda a ex-secretária Vera Lúcia, conhecida como Lucinha.

O empenho não era apenas da equipe nomeada na primeira gestão. Lucinha lembra que o entusiasmo e a dedicação eram comuns a todas que, de alguma forma, lutaram pela construção da SPM. **“Não posso nem enumerar quais foram todas as companheiras que nos ajudaram nessa montagem inicial da secretaria, mas, sobretudo, no projetar o que seria esse espaço da SPM”.**

Parceria com o Governo Federal

Um das ações iniciais foi instituir a Comissão Provisória do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) com 13 representantes do poder público e da sociedade civil com a tarefa imediata de organizar a eleição do novo Conselho, ocorrida no ano seguinte, e colaborar na construção da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

Antes da Conferência, as preparatórias municipais e territoriais reuniram 15 mil participantes com a mobilização de 215 municípios. Do evento, realizado em novembro de 2011, resultou o compromisso para a construção do III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, sucedendo aos elaborados em 2006 e 2007 pela Superintendência de Políticas para as Mulheres, vinculada à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – Sepromi.

As primeiras campanhas de sensibilização e editais públicos são lançados ainda em 2011. No ano seguinte, a parceria com a Secretaria Nacional de Políticas



para as Mulheres (SNPM) possibilita a ampliação das ações por meio da assinatura dos primeiros convênios federais, que permitiram a aquisição de casas de farinha móveis, instalação de Centros de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM), fortalecimento e ampliação dos organismos de políticas para as mulheres e equipamentos públicos de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência, nos 27 territórios de identidade da Bahia.

Entre as tantas ações relevantes decorrentes da parceria com a SNPM destaca-se a adesão ao Programa Mulher Viver sem Violência, o início das atividades das Unidades Móveis (ônibus lilás) e o Projeto Margaridas, implantado em

parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o objetivo de atender às mulheres das zonas rurais com a promoção da cidadania e a autonomia econômica e social, além de auxiliar na prevenção e no enfrentamento de todas as formas de violência.

Novos projetos

Em paralelo à execução dos projetos firmados em parceria com o Governo Federal, novos projetos foram lançados como: Fala Menina, Mulher com a Palavra, Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre, Lavadeiras Ampliando Horizontes e as Caravanas, que per-





mitiram a SPM Bahia dialogar com a juventude na perspectiva do empoderamento feminino, promover a capacitação da rede de atenção à mulher e contribuir para a autonomia econômica.

Apesar da turbulência do contexto político ainda foi possível realizar, em 2015, a 4ª Conferência Estadual dos Direitos das Mulheres, que reuniu, em Salvador, 1.200 delegadas, da capital e do interior, após conferências municipais e territoriais com a participação de mais de 16 mil pessoas.

“É uma trajetória de muito empenho”, diz a deputada estadual Olívia Santana, ex-secretária da SPM Bahia, no período de 2015 e 2016. Para ela, a primeira década da SPM foi desafiadora, mas crucial para implementação de políticas públicas como a criação da Ronda Maria da Penha e das DEAMs.



“O maior desafio a partir de agora é fortalecer o orçamento da SPM-BA, pois precisa de mais investimento e ter o órgão nacional que faça parceria com o nosso estado” diz. Para a ex-secretária a SPM precisa ser mais do que simbólica.

“Precisamos deixar de ser só um símbolo para sermos de fato uma secretaria robusta, com capacidade de responder os desafios, de garantir à vida das mulheres e oportunidades rumo à equidade de gênero”, acrescenta.



Interlocução

A retração de projetos e programas federais para a pasta exigiu da atual gestão intensificar a interlocução com outras secretarias de Estado e a captação de Emendas Parlamentares para viabilizar outras ações concomitantes à execução, finalização e prestação de contas dos convênios anteriormente firmados. Assim foi possível lançar editais, serviços como o Zap Respeita as Mina, o SAC Mulher Digital, o programa Dignidade Mens-trual, o Edital de Dinamização Prod-utiva de Negócios Liderados por Mu-lheres, entre outras iniciativas.

“Nos últimos anos enfrentamos um contexto de grandes dificuldades com o desatrelamento das políticas públicas para as mulheres no nosso país, com muitos retrocessos nessa área principalmente em relação à destinação de recursos — porque só existe política pública se houver recurso — e uma ausência de organismos para mulheres em âmbito nacional”, afirma a titular da pasta, Julieta Palmeira.



A gestora reconhece o compromisso do governo da Bahia em manter a pasta em meio a todos os reveses da conjuntura política nacional e destaca a atuação do movimento social, que lutou pela criação da SPM. “A SPM de fato foi uma reivindicação do movimento de mulheres atendida.

A Secretaria representa uma conquista das mulheres, uma conquista administrativa e política. O Governo da Bahia assumiu o compromisso de garantir essa conquista, sendo uma das poucas secretarias de mulheres no país em atividade”.

CAMPANHA
COMBATE À
VIOLENÇA
CONTRA
MULHERES

RESPEITA
AS MÍDIAS

COMBATE À VIOLÊNCIA

COMBATE À VIOLÊNCIA SE FAZ COM INVESTIMENTOS E PRIORIDADE

Jandira Feghali

Numa sociedade de nítida desigualdade de gênero as mulheres ainda enfrentam preconceitos, muitas vezes de seus próprios familiares, e, em grande parte, optam pelo silêncio. Mas após a existência da Lei Maria da Penha, esse quadro vem mudando. Muitas conseguem ultrapassar esta barreira, denunciam e buscam ajuda, querem uma resposta efetiva do Estado: levar o processo até as últimas consequências, ou no mínimo, evitar o pior com proteção para sua vida e a de seus filhos.

Não há dúvida que a Lei Maria da Penha foi um divisor de águas no combate a violência doméstica contra a mulher. Antes da Lei, os agressores eram “punidos” com o pagamento de cestas básicas, não havia medidas protetivas e nem tão pouco juizados especializados para os casos. Por tempo demais, a legislação foi conivente com os agressores e deixou as mulheres desprotegidas, desamparadas e pouco propensas a denunciar as agressões, certas de que o agressor pagaria meia cesta básica como pena e voltaria ainda mais raivoso para casa.

Mas, 16 anos após a edição da Lei, é preciso dizer que ela não é apenas uma norma punitiva. O foco, desde que o consórcio se formou para sua elaboração, foi coibir e prevenir este tipo de violência. Foco que perseguiu quando fui indicada relatora do projeto. Não nos interessa apenas prender os agressores, nos interessa mais que as agressões não aconteçam. Que situações que começam com violências psicológicas ou morais não evoluam para casos de feminicídio. Que a violência não prospere e que as mulheres se sintam seguras para denunciar.

A Lei é ampla e garante proteção, atendimento especializado, capacitação de profissionais, medidas

para amparar as mulheres caso necessitem sair de casa, como manutenção do emprego e prioridade de vaga nas escolas para os filhos. Mas, tudo isso necessita de investimentos.

Lamentavelmente, salvar vidas não é o foco do atual governo. Nem na pandemia e nem para conter o avassalador aumento de casos de violência doméstica e de feminicídios. Dados do Inesc mostram que, em 2020, apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos na Lei Orçamentária foram efetivamente gastos com as políticas públicas para mulheres.

No mesmo ano, a própria Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, ligada ao

milhões, R\$ 1,47 milhão a menos se compararmos com o mesmo período do ano anterior.

Em 2022, a situação foi catastrófica. Até o dia 7 de outubro, a execução orçamentária do programa de enfrentamento à violência contra a mulher estava em 0%. Nenhum centavo pago quase no final do exercício. Mas, o que já era trágico ficou ainda pior na proposta orçamentária para 2023. Há cortes que atingem até 99% dos programas destinados às mulheres. O único programa mantido para 2023 foi a implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência com míseros R\$ 13 milhões previstos.

A Lei Maria da Penha foi um divisor de águas no combate a violência doméstica contra a mulher. Antes da Lei, os agressores eram “punidos” com o pagamento de cestas básicas, não havia medidas protetivas e nem tão pouco juizados especializados para os casos. Por tempo demais, a legislação foi conivente com os agressores e deixou as mulheres desprotegidas, desamparadas e pouco propensas a denunciar as agressões, certas de que o agressor pagaria meia cesta básica como pena e voltaria ainda mais raivoso para casa.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, divulgou que o número de denúncias de violência contra a mulher feitas por meio de ligações ao Disque 100 e ao Ligue 180 foi 25% superior ao de 2019. Casos aumentando e investimentos caindo. E a realidade da execução orçamentária para 2021 não é muito diferente. No primeiro semestre, foram pagos apenas R\$ 13,9

Uma tragédia anunciada e sem qualquer prioridade por parte do Executivo. Temos uma Lei reconhecida como uma das melhores do mundo, as mulheres ganham confiança para denunciar, mas a estrutura necessária para protegê-las necessita de recursos. Sem investimentos, caímos na triste situação de ampliar penas e voltar ao foco punitivista.



Jandira Feghali relatora da Lei Maria da Penha na Câmara Federal

Neste cenário de verdadeiro desinvestimento para o combate à violência contra as mulheres na esfera federal, cresce a importância dos orçamentos próprios dos Estados e Municípios. Mais ainda naqueles que mantêm secretarias de políticas para as mulheres porque são os que dão relevância ao tema e mapeiam a situação e onde os instrumentos públicos podem contribuir para que a aplicação da lei Maria da Penha seja uma realidade na pre-

venção e na proteção às mulheres vítimas da violência doméstica.

O ideal seria que o assunto fosse prioridade do Executivo Federal e, para isso, defendemos que haja um Ministério específico, com estrutura e orçamento compatíveis para o enorme desafio de eliminar todas as formas de violência contra a mulher.

Não queremos apenas punição exemplar para os agressores, queremos mulheres vivas. Vivas e com

estruturas que lhe permitam superar o trauma e buscar uma vida sem violência. Esse é um direito das mulheres. Um direito que o Estado lhes nega quando não aplica os recursos necessários.

Nesses 16 anos da Lei Maria da Penha nosso grito deve ser: Queremos viver! Queremos que a Lei seja cumprida em sua íntegra! Exigimos a criação de um Ministério de Políticas para as Mulheres!

COMBATE À VIOLÊNCIA

Ações intersetoriais e integradas consolidam atuação da SPM Bahia



CRAM Elitânia de Souza da Hora no município de Cachoeira

Foto: Marina Alfaya

O enfrentamento à violência contra as mulheres é um dos eixos centrais e estruturais de ação da SPM-BA, que tem a Lei Maria da Penha como marco referencial. Antes mesmo da criação de uma pasta específica, ainda como uma superintendência da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), a Bahia já havia aderido ao Programa “Por uma Vida sem Violência”, lançado pelo Governo Federal em 2007.

O governado da Bahia e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres assinaram, naquele ano, um tempo de cooperação técnica para a colaboração mútua na execução de ações conjuntas visando a implementação de ações previstas no Pacto Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado pelo presidente Lula. Dois anos depois, o II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres definia 11 áreas estratégicas de ação, entre elas o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, a educação inclusiva, não sexista, antirracista e não LGBTfóbica.

As ações de promoção dos direitos das mulheres e de enfrentamento à violência de gênero consideram as mulheres em sua diversidade, respeitando as dimensões das subjetividades. São campanhas de sensibilização, capacitações em gênero de equipes que atuam na rede de enfrentamento à violência, capacitação de agentes de segurança, profissionais de saúde, cursos de formação para gestoras, oficinas para estudantes e professores da rede pública, além de serviços, publicações e implantação de equipamentos que compõem a rede de atenção à mulher.

Desde a criação da pasta em 2011, a SPM Bahia busca desenvolver ações transversais e cooperadas com outras secretarias de estado e com o Governo Federal, além de organismos como a ONU Mulheres, organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero. Apesar da crescente retração das políticas públicas em âmbito nacional desde 2016, a SPM Bahia mantém o compromisso de articular ações e projetos, buscando consolidar a atuação da instituição.

Rede de atenção à mulher

Entre as iniciativas implementadas em uma década de política pública, algumas foram centrais para a estruturação, ampliação e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência. O primeiro Centro de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM) instalado no estado em 2010, no município de Irecê, precedeu a criação da SPM, mas outros 32 centros foram entregues após a criação da Pasta, entre eles o CRAM Bem me Quer, de Santa Cruz Cabralia, primeiro do país destinado preferencialmente às mulheres indígenas.

“Nós estamos cuidando de mulheres, salvando vidas. Falando das mulheres indígenas que vivem situação de violência doméstica, o CRAM trouxe a informação para conseguir fazer com que essa mulher indígena sinta confiança no equipamento, na equipe e saiba que ela pode contar com esse serviço, com essa política pública”, disse a coordenadora, Kandara Pataxó.

O CRAM Elitânia de Souza da Hora, no município de Cachoeira, foi o último equipamento entregue. Fruto de Emenda Parlamentar, o CRAM inaugurado em março desse ano, presta uma homenagem à ativista dos direitos humanos, estudante e liderança da Comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória, no município do recôncavo baiano, que foi vítima de feminicídio, aos 25 anos.

Os Centros funcionam com uma equipe multidisciplinar formada por, no mínimo, sete profissionais para o aconselhamento e atendimento psicológico, social e jurídico à mulher em situação de violência. O Governo do Estado cede todos os equipamentos e carro e realiza a capacitação dos profissionais que atuam nas unidades. Cabe ao município manter o imóvel e custear o pagamento dos funcionários.

São atribuições dos CRAMs monitorar as ações desenvolvidas pelas instituições, defender os direitos das mulheres e a responsabilização dos agressores, além de fazer o diagnóstico do contexto em que a violência se insere e identificar o tipo de violência praticada: física, psicológica, patrimonial ou sexual, além de desenvolver ações de prevenção à violência doméstica e familiar.



Mulheres indígenas no CRAM de Santa Cruz Cabrália

Ampliar a rede de atenção à mulher é um desafio para fazer frente à violência contra as mulheres até que se consiga promover uma mudança cultural, de valores patriarcais arraigados. **“Nos últimos anos, a redução de orçamento para políticas públicas para as mulheres, por parte do Governo Federal, impactou significativamente. A SPM buscou alternativas como as Emendas Parlamentares para manter ações no âmbito estadual, mas ainda são muitos os desafios a serem superados para enfrentarmos a violência contra as mulheres na Bahia e no país”,** pontua Isis Macagnan, coordenadora de Articulação Institucional de Ações Temáticas da SPM Bahia.



CRAM de Santa Cruz Cabrália, primeiro do país destinado preferencialmente às mulheres indígenas

Foto: Edson Ruiz

A REDE DE ATENÇÃO À MULHER

Além de 33 Centros, a rede atualmente é constituída de:

- Três Núcleos de Atendimento à Mulher (NAM) e dois Centros Integrados que prestam serviços similares ao CRAM.
- Quatro Núcleos Especiais de Atendimento à Mulher (NEAMs), estes instalados em delegacias territoriais, no interior do estado, pela Secretaria de Segurança Pública (SSP);
- 15 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs);
- Delegacia itinerante de atendimento à mulher (ônibus);
- 24 unidades da Ronda Maria da Penha;
- Oito varas especializadas de atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Três casas-abrigo instaladas pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) em municípios estratégicos, seguindo a orientação de regionalização do serviço;
- Serviço AME (Atendimento às Mulheres Expostas à Violência Sexual) do Hospital da Mulher;
- Serviço Viver voltado para o atendimento às crianças e mulheres em situação de violência sexual;
- Sete instituições de saúde que prestam serviço para o aborto legal (previsto em lei);
- Núcleo de Defesa das Mulheres da Defensoria Pública da Bahia (Nudem);
- Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça
- Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia

AÇÕES EDUCATIVAS

Capacitações e ações educativas contribuem para prevenção à violência contra as mulheres e atendimento mais humanizado

“Durante o relacionamento comecei a ciúme excessivo, o controle de roupa de amigas, de comportamento. Nós mulheres temos a ilusão de que o amor vai fazer a outra pessoa mudar. Ele rasgava minhas coisas, discutia, me dava murros, me imobilizava. Até um dia eu comecei a gritar, a vizinhança ouviu e veio me soltar. Para sair disso tive que mudar minha forma de pensar”. O depoimento de Leandra Freitas, moradora de Taboquinhas, distrito de Itacaré, território de Identidade Litoral Sul, expressa vivências comuns às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Até participar de ações educativas promovidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), Leandra achava que a violência contra as mulheres era apenas física. “Hoje vejo que até o respirar da pessoa é um tipo de violência. A mulher passa por isso e não sabe, a alma dela está machucada”, disse durante uma roda de diálogo do Projeto Respeita as Minas Litoral Sul, realizado pela SPM-BA entre 2018 e 2020, por meio de emenda parlamentar.

As capacitações e sensibilizações estão entre as competências da SPM-BA visando o combate às discriminações e superação das desigualdades entre homens e mulheres e a prevenção da violência doméstica e familiar. São atividades educativas de rotina que buscam a capacitação em gênero e a sensibilização de equipes que compõem a rede especializada de atenção à mulher em situação de violência, agentes de segurança, profissionais de saúde, além de professores e estudantes da rede pública estadual.

A equipe técnica das Coordenações de Enfrentamento à Violência e de Autonomia das Mulheres realiza reuniões, oficinas, cursos e formações periódicas para equipes dos Centros de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM), gestoras públicas, equipes da Patrulha e Ronda Maria da Penha, policiais civis e militares, profissionais que atuam nas duas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo (ônibus lilás).



Foto: Edson Ruiz



Foto: Edson Ruiz

Agentes de segurança

As capacitações de agentes de segurança, em especial, são consideradas fundamentais para um melhor acolhimento às mulheres em situação de violência e para a desconstrução da cultura machista e pa-

triarcal em ambientes como as delegacias territoriais e especializadas. As formações ocorrem desde a primeira gestão, mas foram oficializadas por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre a SPM e a Secretaria de Segurança Pública (SSP), em 2018.

A capacitação em gênero de policiais civis e militares para o enfrentamento à violência contra as mulheres considera uma perspectiva interseccional com a abordagem de recortes étnico-raciais, de gênero, classe, geração, incluindo as mulheres em toda a sua diversidade.

CARAVANAS

As caravanas são oficinas de capacitação e sensibilização para representantes da rede de segurança, rede especializada de atenção à mulher, setores da sociedade civil e juventudes dos municípios visitados, escolhidos de acordo com os índices de violência contra as mulheres. Iniciadas em dezembro de 2016, as Caravanas inicialmente chamadas de Cravos e Rosas passaram a ser denominadas Respeita as Mina, adotando a nomenclatura da campanha de enfrentamento à violência realizada a partir de 2017.

Durante todo um dia, técnicas da SPM participam de rodas de conversa com os grupos específicos visando contribuir para o fortalecimento da rede especializada de atendimento às mulheres e despertar a juventude e representações da sociedade civil para a importância do engajamento contra a violência doméstica e familiar. As caravanas costumam ocorrer em escolas públicas e sempre contam com apresentações artísticas e culturais a exemplo



do grupo Rosas pela Democracia que, de forma lúdica, faz uma breve apresentação teatral, retratando atitudes machistas naturalizadas pela sociedade e que resultam em violências às mulheres.

A participação das representações da rede especializada de atenção à mulher varia de acordo com os serviços disponíveis em cada município. A rede abarca serviços de assistência social, saúde,

justiça, segurança pública, como: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM), Ministério Público, Tribunal de Justiça, Casas de Acolhimento, Delegacia Especializada ou Comum, Polícia Civil e Militar, Defensoria Pública, Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, Patrulha ou Ronda Maria da Penha, órgãos municipais e instituições não-governamentais.

PROJETO RESPEITA AS MINA LITORAL SUL

Inspirado nas Caravanas de Enfrentamento à Violência, o projeto Respeita as Mina Litoral Sul seguiu os moldes de oficinas e rodas de diálogo com a sensibilização de representantes da sociedade civil, juventude, rede de segurança e de atenção à mulher com o objetivo de promover a conscientização para a construção de uma sociedade com relações de gênero igualitárias e justas. A iniciativa chegou a 26 municípios do Território de Identidade Litoral Sul, em dois anos.

Nos diversos municípios visitados, as participantes costumavam relatar histórias de vida marcada pela violência doméstica, como fez Leandra Freitas no depoimento que inicia essa reportagem. A dona de casa Natina dos Santos, de Canavieiras, relatou a agressão do companheiro quando um dia ela queria sair e ele achou que estava sendo traído. “Ele me bateu com



corda e tapa na cara”, disse. O projeto finalizado em 2020 deixou um legado positivo. “Procuramos sensibilizar so-

bre os tipos de violência e mostrar que, para romper esse ciclo vicioso, a mulher precisa de força, autonomia e acolhimento”, disse Kaliana Fontes, coordenadora do projeto.



AÇÃO RESPEITA AS MINAS NA SAÚDE

Realizada em parceria com a Secretaria da Saúde (SESAB), a Ação Respeita as Minas na Saúde promove a capacitação, com recorte em gênero, de profissionais que atuam em unidades públicas de saúde para um atendimento mais humanizado às mulheres. A ação foi retomada em 2022 com a qualificação de cerca de mil profissionais da Maternidade do Instituto de Perinatologia da Bahia - IPERBA, depois de dois anos de interrupção em decorrência da pandemia da covid-19.

A titular da SPM-BA, Julieta Palmeira, destaca a importância de sensibilizar os profissionais, estabelecendo um diálogo transversal sobre gênero, sexualidades, humanização e políticas para a saúde das mulheres.

“Hoje há necessidade de se discutir efetivamente como garantir os direitos das mulheres no atendimento à saúde e principalmente como podemos contribuir



definitivamente para superar essa cultura machista e misógina. É fundamental atentarmos para a questão da violência contra as mulheres e ao mesmo tempo promover um atendimento em que essa questão de gênero seja observada”.

Por vezes, a unidade de saúde é o primeiro local procurado por uma mulher em situação de violência. **“Por isso é preciso investir neste projeto, que vai empoderar cada trabalhadora, cada trabalhador, desde aquele que está na**

entrada da unidade, acolhendo cada pessoa que ali chegue, até cada um que realize o seu procedimento no seu espaço”, disse a diretora de Gestão da Sesab, Liliane Mascarenhas.

Estudantes da área de saúde também participam da formação. “É muito importante esse tipo de projeto. Estamos aprendendo coisas novas a cada fala. São informações muito interessantes que serão mais que úteis na nossa atividade profissional”, pontuou o estudante de Enfermagem, Carlos Santos, ao participar da capacitação na Maternidade do Iperba.

Iniciado em 2018, o projeto qualificou 500 profissionais que atuam no Hospital da Mulher e mais de 100 da Maternidade Tsyla Balbino. O conteúdo programático aborda 14 temas, entre eles: políticas públicas de saúde da mulher, rede de atenção à mulher, reflexões sobre recorte social, econômico e de gênero e violência obstétrica.

PROJETO SALA DE GÊNERO

O Projeto Sala de Gênero é mais uma ação na área de capacitação e sensibilização. Realizado em parceria com a Secretaria da Educação (SEC), o projeto integra o Plano de Formação do Instituto Anísio Teixeira (IAT) e contribui para a formação de uma consciência crítica sobre as relações entre homens e mulheres por meio de conferências em salas síncronas para educadores da rede pública estadual. Em debate questões como a dimensão social de gênero e a inter-relação com outros marcadores sociais como raça/etnia, classe, idade/geração, sexualidades.

Além das capacitações regulares articuladas em parceria com outras secretarias, a SPM realiza oficinas e palestras a partir de demandas da sociedade civil e também em parceria com a iniciativa privada. Desde 2021, a pasta promove oficinas de capacitação em gênero de colaboradoras (es) da CCR Metrô Bahia com o objetivo de contribuir para um atendimento mais qualificado às mulheres que utilizam o Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. Do total de 639 colaboradores que devem passar pela formação, 250 já foram capacitados para o combate ao assédio moral e sexual.

As oficinas foram readaptadas a partir de 2022 e agora ocorrem de forma itine-



rante em diversas estações do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas e incluem colaboradores da área de atendimento e Agentes de Atendimentos e Segurança, Supervisores e Operadores de Trem. “A cada encontro, conseguimos ampliar a rede de enfrentamento, capacitando mais colaboradores com foco no acolhimento de mulheres em situação de violência de diversas formas”, explica Luana Xavier, analista de sustentabilidade da CCR Metrô Bahia.

Para o diretor-presidente da CCR Metrô, Andre Costa, a parceria com a SPM Bahia está alinhada com a política de diversida-

de e valores do Grupo CCR. “Esperamos com essas ações de educação, capacitação e comunicação reforçar ainda mais a importância de programas como esse”, disse durante o treinamento da primeira turma de colaboradores, formada por 38 agentes de atendimento e segurança, sendo 30 mulheres.

“A CCR Metrô Bahia acredita que ter mulheres em seu quadro é muito importante. Por isso, vem trabalhando para que as oportunidades sejam cada vez mais democráticas e inclusivas, um compromisso com a diversidade e igualdade de gênero”, acrescenta.







UNIDADE MÓVEL

Ônibus lilás chega a povoados com serviço multidisciplinar para mulheres em situação de violência



As Unidades Móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres têm chegado a povoados e localidades do interior com serviços de apoio psicológico, jurídico e social. Em cada uma das duas unidades, também chamadas de ônibus lilás, atua uma equipe multidisciplinar para atendimento e encaminhamento das demandas à rede referenciada local, numa ação desenvolvida em parceria com prefeituras e órgãos que compõem a rede de atenção.

Antes da chegada do ônibus lilás, as mulheres são previamente mobilizadas e acolhem a unidade com participação ativa nas rodas de conversa. Nesses espaços, a equipe dialoga acerca dos vários tipos de violência contra as mulheres, principais legislações vigentes em defesa das mulheres, importância da denúncia e canais disponíveis para pedir ajuda, além de solidariedade e acolhimento.





Foto: Kledir Costa

“Nessas rodas, as mulheres se sentem tão seguras que costumam relatar violências que estão vivendo ou que já vivenciaram e são acolhidas por todas as participantes”, disse Rívia Veloso, assistente social e coordenadora de uma das Unidades Móveis.

Um dos momentos mais marcantes vivenciados pela equipe da UM foi no distrito de São Roque do Paraguaçu, no município de Maragojipe. A chegada do ônibus ocorreu poucos dias depois de um duplo feminicídio na localidade, que resultou na morte de mãe e filha. A roda de diálogo contou com a participação de 89 mulheres.

“Foi uma experiência forte e desafiadora. Organizamos uma roda dentro de outra roda. As mulheres vivenciavam um luto coletivo. Tivemos primeiro que acolher a todas elas, participarmos de um momento ecumênico de oração para depois levarmos as informações e realizarmos o atendimento”, lembra Rívia.

Para a coordenadora, a Unidade Móvel proporciona um trabalho gratificante, fundamentado no acolhimento. A escuta atenta às demandas, às dificuldades, contribui para uma ação mais efetiva da rede de atenção local. Na visita a São Roque do Paraguaçu um dos problemas

apontados pelas mulheres foi a distância de 142 quilômetros entre o distrito e a sede do município.

“Muitas das demandas foram apresentadas diretamente à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial que participava com a gente. Saímos de lá com as mulheres perguntando quando a gente volta.”

Histórico

As Unidades Móveis inicialmente integravam o Programa Mulher Viver sem Violência, o qual o Governo da Bahia aderiu em 2013. No ano seguinte os ônibus entraram em atividade visitando 45 comunidades de 25 municípios. As atividades só foram interrompidas no período da pandemia da covid-19, sendo retomadas em dezembro de 2021. Em 2022 foram visitados 47 municípios com a 3.052 mulheres nas rodas de conversa. Desse total, 116 mulheres buscaram atendimento, seja jurídico, psicológico ou social.

Além do atendimento e encaminhamento de casos de violência e da sensibilização por meio de roda de conversa com mulheres rurais, as Unidades atuam também em eventos como Carnaval, São João e feiras



literárias a exemplo da Feira Literária Internacional de Cachoeira – Flica.

Na 10ª edição da Flica, uma das equipes da UM distribuiu materiais informativos e adesivos da campanha respeito as mina, dialogando especialmente com a juventude que passava próximo à Tenda Paraguaçu.

“A principal atuação da Unidade Móvel é no atendimento às mulheres da zona rural, mas aproveitamos eventos de grandes aglomerações para sensibilizar a população para o combate à violência contra as mulheres”, disse Isis Macagnan, coordenadora de Articulação Institucional e Ações Temáticas (CAIAT).

RONDA MARIA DA PENHA

Um marco na proteção às mulheres em situação de violência



Foto: Edson Ruiz

As agressões à fotógrafa Maria Gorete Gomes, de 52 anos, começaram quando o filho tinha apenas dois anos. Ela foi agredida com chutes e murros pelo marido. Em resposta à agressão, prestou queixa na polícia, mas não levou adiante por pressões da igreja da qual fazia parte.

“O pessoal da Igreja dizia que era normal, que ele estava estressado”, relata. Maria Gorete ficou casada por 26 anos e só decidiu separar depois que o filho, aos 17 anos, ameaçou sair de casa se ela não tomasse uma atitude contra as violências praticadas pelo pai.

“Eu tentei me separar várias vezes, mas não tinha forças, eu não conseguia. Ele (o marido) trabalhou muito na minha mente e aí eu fui me apegando a isso com medo de ficar sozinha”, disse a fotógrafa mãe de um jovem com deficiência.

As ameaças se tornaram constantes, principalmente depois de Maria Gorete se separar do marido e ir morar na casa da irmã. O filho dela chamou a polícia após o pai tentar empurrar a mãe da laje da casa. “Foi aí que a ronda entrou na minha vida. A Ronda passou a me dar apoio, me orientar. O oficial de Justiça veio na minha casa e tirou meu marido e eu pude retornar. Você saber que tem alguém ali cuidando de você, isso é muito bom. A minha vida mudou muito, muito mesmo depois da ronda”, disse Maria Gorete assistida há mais de três anos pela corporação.

Tropa especializada

A implantação da Ronda Maria da Penha em 2015, resultado de uma articulação entre SPM e Secretaria de Segurança Pública (SSP), é um marco na assistência às mulhe-

res com medida protetiva decretada pela Justiça. Em sete anos de atividade, a Ronda realizou mais de 600 prisões, 90 mil fiscalizações de medidas protetivas e atendeu mais de 15,500 mulheres no estado.

Inspirada na Patrulha Maria da Penha, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a Ronda se tornou referência em política pública de proteção às mulheres. A iniciativa recebeu o selo Práticas Inovadoras de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entregue pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e rendeu à primeira comandante da corporação, a major Denice Santiago, premiações como o Diploma Bertha Luz, do Senado Federal.

A RMP é uma tropa especializada que atua na prevenção e enfrentamento da violência por meio de visitas periódicas e aleatórias às mulheres atendidas com

medida protetiva decretada pela Justiça. Os policiais fazem o mapeamento das assistidas, realizam as visitas às residências ou locais definidos por elas, a qualquer dia ou hora. A intenção é inibir possíveis condutas do agressor que poderá encontrar os policiais, caso tente se aproximar da mulher.

Para Maria Gorete a equipe da ronda a trouxe uma nova vida. A autoestima melhorou, começou a juntar dinheiro para viajar a passeio com o filho e perdeu o medo e a vergonha.

“Logo no início que a ronda começou a me acompanhar eu ficava com vergonha porque todo mundo ficava sabendo. Depois eu fui me acostumando e vi que eu não era culpada. Não é fácil sair de um ciclo de violência sozinha. Eu só consegui por causa do meu filho e do pessoal da ronda”, acrescentou.

Além do monitoramento do cumprimento de medidas protetivas, a RMP atua também na sensibilização de homens e mulheres por meio de palestras e campanhas com o objetivo de contribuir para a conscientização da população sobre a importância do enfrentamento à violência e do machismo. Um exemplo é a Ronda para Homens, oficinas voltadas exclusivamente para o público masculino, que tem como facilitadores policiais militares do efetivo das unidades.

Jogo do Espelho

Em parceria com a Ronda, a SPM lançou em 2018 o Jogo do Espelho, utilizado como instrumento pedagógico nas capacitações e oficinas. O jogo é uma forma lúdica e educativa de abordar e reconhecer os vários tipos de violência de gênero, as atribuições das instituições da rede de atenção à mulher e provocar a reflexão acerca da violência doméstica e familiar.

“Por isso chama jogo do espelho. Essa mulher vai se espelhar na vida dela mesma. Ao identificar que vive um relacionamento abusivo vai buscar dialogar com o parceiro e se essa violência continuar vai fazer a denúncia”, disse a major Denice Santiago primeira comandante da Ronda Maria da Penha e criadora do jogo.

A SPM fez o layout e produziu 250 unidades do jogo por meio de convênio federal com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Governo Federal. O jogo vem com tabuleiro, dados, pinos e cartas de várias cores, cada uma delas relacionada com um tipo de violência, de acordo com a Lei Maria da Penha. Cada partida pode ter até cinco pessoas e exige a presença de um mediador para orientar as participantes. Vence a partida quem primeiro chegar à sede da Ronda Maria da Penha, no centro do tabuleiro.

Responsável por presidir o Comitê Gestor da Ronda, a SPM-BA atua em parceria com a Ronda desde a capacitação em gênero de equipes que atuam nas unidades e nas Patrulhas Maria da Penha até iniciativas que possam resultar em melhoria na assistência às mulheres a exemplo dos Desafios Bahia Hackathon Respeita as Mina. O evento realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a SPM, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e a RMP reuniu hackers, programadores e inventores, com o objetivo de desenvolver ações tecnológicas para o fortalecimento da política de enfrentamento à violência contra as mulheres e da rede de atenção à mulher em situação de violência.

As equipes se reuniram por 33 horas ininterruptas no Instituto de Matemática da UFBA em busca de inovação tecnológica para contribuir com a redução dos índices de violência contra as mulheres. Formado por três mulheres e um homem, o grupo vencedor criou um software, um tipo de diário digital, para facilitar o acompanhamento do dia a dia das mulheres com medidas protetivas assistidas pela Ronda Maria da Penha. O diário contabiliza as ocorrências e gera relatórios para avaliação.



PUBLICAÇÕES

Livros e selo editorial divulgam estudos e pesquisas com foco nas mulheres

A atuação em articulação e cooperação com outras secretarias e órgãos do estado tem pautado a atuação da SPM Bahia também na produção de publicações relacionadas às mulheres. Ao longo de uma década, a Secretaria lançou estudos, livros, planos de políticas públicas estaduais, revistas e, recentemente, um selo editorial em parceria com a Assembleia Legislativa da Bahia, lançado em junho de 2022: a coleção Respeita as Mina.

A Coleção tem como objetivo divulgar teses, dissertações, coletâneas de artigos, pesquisas com temáticas de gênero e feministas. A primeira publicação do selo editorial é o Protocolo do Femicídio, documento que reúne as diretrizes para a prevenção, investigação, e julgamento do feminicídio. O documento resulta de contribuições das diversas representações e instituições participantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) e tem como meta padronizar procedimentos e condutas para dar celeridade e efetividade na proteção às mulheres em situação de violência.

Embora já tenha sido disponibilizada a versão digital, desde 2021, a versão impressa do Protocolo foi escolhida como publicação de estreia para ressaltar a importância do documento, que tem como base o modelo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em colaboração com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) por meio do Escritório Regional para a América Latina e Caribe.

Representantes do GTI se reúnem periodicamente para deliberar ações e identificar especificidades dos diversos órgãos que compõem a rede de atenção à mulher visando uma aplicação mais efetiva do documento. Na última reunião foi ressaltada a necessidade de preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco pelo primeiro órgão da rede a receber uma mulher em situação



Protocolo do Femicídio, primeira publicação da Coleção Respeita as Mina

de violência. O formulário é fundamental para embasar decisões posteriores dos profissionais das demais instituições visando a proteção a mulher e a prevenção de um possível feminicídio.

O Protocolo do Femicídio foi elaborado com a participação de representantes das Secretarias da Segurança Pública (SSP), Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS); Secretaria da Saúde (Sesab), Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BAHIA), além de representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CDDM).

Perfil da Monoparentalidade Feminina

Outras publicações trazem estudos realizados em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), vinculada à Secretaria de Planejamento (SEPLAN). A publicação mais recente, de 2022, “**Perfil da Monoparen-**

talidade na Bahia – atualizações e novas temáticas” ampliou estudo anterior, lançado em 2018, que traçou o perfil dos arranjos familiares monoparentais majoritário de mulheres, de 18 a 49 anos, com filhos e filhas menores de idade.

As famílias monoparentais femininas na Bahia representam 34,9% (960.763) do total de famílias cadastradas no CadÚnico. Predominam as famílias que residem no meio urbano (73,4%), são beneficiárias de Programas de Assistência (73,2%) e aquelas que estão em condição de extrema pobreza, com renda per capita familiar mensal de até R\$ 89,00 (74,5%).

Destaca-se o percentual de famílias formadas por dois membros, na qual reside a mãe e apenas uma filha ou filho (43,5%). Os lares, na maioria dos casos, possuem pelo menos uma filha ou filho com até 14 anos de idade (50,1%).

Os resultados permitem evidenciar a vulnerabilidade a qual essas famílias estão expostas, como a baixa escolaridade das chefas, que pode dificultar a inserção no mercado formal de trabalho

e obtenção de melhores posições e rendimentos, por exemplo.

As discussões apresentadas no estudo revelam a necessidade de políticas que promovam a melhoria das variáveis que colocam essas famílias em condição de desamparo, possibilitando melhores condições de vida para elas e para as gerações futuras. São estudos elaborados para nortear políticas públicas para esse segmento populacional.

Diversidade e Direitos Humanos

O livro *Mulheres: diversidade e direitos humanos* é uma coletânea de artigos que tratam dos direitos humanos das mulheres. Lançado em 2017, o livro resulta de convênio federal vinculado, na época da publicação, à Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Justiça e Cidadania.

Entre os temas abordados na publicação, autonomia e empoderamento feminino na área rural; qualificação de pessoas para intervir no tráfico de mulheres na Bahia; vulnerabilidade do segmento LGBT; participação das mulheres negras no movimento feminista; feminismo e a

interseccionalidade entre gênero, raça e classe; e implementação de políticas públicas para as mulheres.

Mulheres de Axé

A valorização do trabalho de lideranças femininas na preservação da cultura negra e no combate à intolerância religiosa foi destacada no livro *'Mulheres de Axé'*, lançado em 2013, no Forte Santo Antonio Além do Carmo. Uma iniciativa do Coletivo de Entidades Negras (CONEN) em parceria com o Governo da Bahia por meio das secretarias estaduais de Políticas para as Mulheres (SPM), Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Cultura (Secult), Casa Civil, além da Fundação Cultural Palmares.

Organizado pelo historiador Marcos Rezende, o livro é um catálogo ilustrativo que reúne a história de vida de mais de 200 yalorixás de Salvador, Região Metropolitana e Recôncavo, destacando as ações empreendedoras e de resistência de mulheres de religiões de matriz africanas contra as desigualdades e a intolerância religiosa.



Mãe Stela de Oxóssi no lançamento do livro *Mulheres de Axé*



Publicação da SEI e SPM sobre famílias monoparentais

Entre as homenageadas estão Mãe Stela de Oxóssi e Ebomi Nice, integrante da Irmandade da Boa Morte. As demais lideranças femininas registradas no catálogo são atuantes em terreiros das nações Bantu, Gêge e Nagô, mapeados durante a pesquisa.

Mulheres de Axé oferece um material rico para pesquisadores, estudantes e leitores em geral. A maior parte dos exemplares foi distribuída para bibliotecas, terreiros, universidades, centros de pesquisa e equipamentos culturais da Bahia.





AUTONOMIA ECONÔMICA E SOCIAL

EDITAIS DE CHAMADA PÚBLICA

Editais contemplam organizações da sociedade civil com projetos na área de autonomia e enfrentamento à violência



Foto: Edson Ruiz

A mais nova secretaria do Estado, a SPM é uma das poucas pastas específicas, no país, voltadas para a elaboração de políticas para as mulheres. Apesar da crescente retração das políticas públicas em âmbito nacional, a partir de 2016, a Secretaria manteve o compromisso de articular ações e projetos, buscando consolidar a atuação da instituição por meio de editais de chamada pública, capacitações da rede de enfrentamento à violência às mulheres, entrega de equipamentos, feiras de economia solidária, campanhas de sensibilização, publicações e serviços.

O orçamento federal destinado à pasta passou de aproximadamente 10 milhões em 2015 para pouco mais de 2,4 milhões em 2022. Ainda assim, as ações não pararam. Desde o primeiro ano de gestão,

a SPM investiu em editais de seleção de projetos com foco na promoção da autonomia econômica e inclusão produtiva de mulheres, na promoção da temática do enfrentamento à violência, além de ações de infraestrutura, aquisição de equipamentos e capacitação técnica de Centros de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM) e Núcleos de Atendimento à Mulher (NAM).

Entre as iniciativas, os editais 'Novos Poderes', 'Aja, Reaja, Comprometa-se - Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres', 'Março Mulher' e 'Seguindo em Frente, todos lançados durante a primeira gestão da pasta. A partir de 2015, os Editais Março Mulher e, a partir de 2018, os Editais Respeita as Minas passaram a contemplar projetos apresentados por organizações da sociedade civil

(OSC) com proposta estruturadas com base nos eixos centrais de ação da SPM a exemplo de oficinas de empreendedorismo, feiras de inclusão produtiva, oficinas de qualificação, seminários e rodas de diálogo, além de projetos culturais e na área de produção de conteúdo

Parcerias

De iniciativa direta da SPM, os editais Março Mulher e Respeita as Minas totalizaram investimentos de mais de R\$ 3 milhões para seleção de projetos apresentados por OSC. Nos últimos oito anos foram dez editais de chamada pública, quatro deles em parceria com outras secretarias. Um exemplo é o Edital de Dinamização Produtiva de Negócios Liderados por Mulheres, lan-

çado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) por meio da Companhia de Desenvolvimento Regional (CAR).

Lançado em 2022, o Edital teve investimento de R\$ 3 milhões para projetos na área de produção, agroindústria, comercialização de produtos e serviços, auxílio para fomento de produções urbanas e rurais. O principal diferencial desse edital é destacar o protagonismo das mulheres, que obrigatoriamente devem estar à frente dos empreendimentos contemplados.

Para a diretora-presidente da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coomafes), Maria Joselita da Costa, o edital é um exemplo de política pública que traz esperança em dias melhores.

“A política pública tem que chegar lá na ponta e com esse edital vamos conseguir fortalecer as nossas ações, promovendo o empoderamento e gerando renda não só para as 102 cooperadas, mas para as 29 comunidades atendidas”, disse Maria Joselita, conhecida como Branca. As cooperadas da Coomafes produzem biscoitos, beiju, derivados de mandioca e banana, no município de Valença. **“Trabalhamos em rede, somos pelo coletivo”.**



Rendeiras

A Associação de Rendeiras de Dias D'Ávila (RENAVAN), responsável pelo Projeto Nosso Bordado, é uma das organizações contempladas. O Projeto promove a valorização social de mulheres da Região Metropolitana de Salvador por meio do resgate da tradição das rendas de bilro, um cruzamento de linhas enroladas em bilros de madeira, manuseados por mãos habilidosas.

As tradicionais rendas são fontes de remuneração e de autoestima para mulheres que aprendem o ofício por meio do projeto. Idealizado pela Mestra Dinoélia Trindade, filha e neta de rendeiras do município de Saubara que se mudou para Dias D'Ávila, o Nosso Bordado oferece também cursos de corte e costura, bordados, costura em couro, crochê e lapidação em vidro. As aulas são gratuitas e ministradas por ex-alunas que se tornaram mestras.





“A sociedade civil sem o apoio do governo e da iniciativa privada não tem perna para fazer as coisas acontecerem. Essa parceria com o governo tem sido fundamental”, disse Mestra Dinoélia.

Os produtos confeccionados nas oficinas são comercializados em feiras de economia solidária, exposições e também pelas redes sociais. A Associação já produziu para uma importante marca de cosméticos, a L'occitane. A próxima meta é ampliar o faturamento da Associação para construir a Escola de Memória da Renda, um espaço de preservação da história da instituição, da renda de bilro e para comercialização dos produtos.

“A renda de bilro é um dos nossos artesanatos que estão para desaparecer. Talvez futuras gerações só conheçam nos livros de história. Daí a importância do nosso trabalho”, acrescentou.



MULHERES PRODUTIVAS

Casas de Farinha Móveis e ações de inclusão produtiva promovem autonomia de mulheres rurais



A inclusão produtiva de mulheres é ponto central para o Governo da Bahia com ações em várias frentes. Na SPM Bahia, o projeto vem sendo executado por meio de ações de fomento a empreendimentos liderados por mulheres e de incentivo ao empreendedorismo feminino com a aquisição de equipamentos de cozinha industrial, unidades de mini-indústria de costura, beneficiamento da produção de mel, além de apoio financeiro para reforma de centro de capacitação para grupos produtivos de mulheres por meio de Organizações da Sociedade Civil (OSC).

As ações são viabilizadas com recursos de emendas parlamentares que também têm permitido a manutenção do projeto Casa de Farinha Móvel, uma das ações voltadas para a promoção da autonomia de mulheres rurais desde a criação da Pasta. Até 2022 foram entregues 29 equipamentos para comunidades quilombolas e indígenas.

A comunidade indígena Aldeia Igalha, no município de Ilhéus, no sul da Bahia, é uma das contempladas. Com capacidade para processar 250 quilos de mandioca por dia, o equivalente a oito sacas de farinha de 50 quilos, o equipamento

beneficia mais de 100 famílias de três aldeias da região.

“Esse equipamento representa renda para todas as mulheres. A Casa de Farinha está facilitando bastante a nossa produção. Veio em boa hora”, diz a líder indígena Tupinambá, Edna Juerana. Ela ressaltou a importância do aprendizado com o trabalho coletivo e o manuseio do equipamento.

“É um aprendizado. A Casa de Farinha Móvel faz tudo ao mesmo tempo. Pra nós é muito melhor do que a casa tradicional,

A inclusão produtiva de mulheres é ponto central para o Governo da Bahia com ações em várias frentes. Na SPM Bahia, o projeto vem sendo executado por meio de ações de fomento a empreendimentos liderados por mulheres e de incentivo ao empreendedorismo feminino com a aquisição de equipamentos de cozinha industrial, unidades de mini-indústria de costura, beneficiamento da produção de mel, além de apoio financeiro para reforma de centro de capacitação para grupos produtivos de mulheres por meio de Organizações da Sociedade Civil (OSC).

As ações são viabilizadas com recursos de emendas parlamentares que também têm permitido a manutenção do projeto Casa de Farinha Móvel, uma das ações voltadas para a promoção da autonomia de mulheres rurais desde a criação da Pasta. Até 2022 foram entregues 29 equipamentos para comunidades quilombolas e indígenas.

A comunidade indígena Aldeia Igalha, no município de Ilhéus, no sul da Bahia, é uma das contempladas. Com capacidade para processar 250 quilos de mandioca por dia, o equivalente a oito sacas de farinha de 50 quilos, o equipamento beneficia mais de 100 famílias de três aldeias da região.

“Esse equipamento representa renda para todas as mulheres. A Casa de Farinha está facilitando bastante a nossa



produção. Veio em boa hora”, diz a líder indígena Tupinambá, Edna Juerana. Ela resalta a importância do aprendizado com o trabalho coletivo e o manuseio do equipamento.

“É um aprendizado. A Casa de Farinha Móvel faz tudo ao mesmo tempo. Para nós é muito melhor do que a casa tradicional, em que tudo é feito à mão. As mulheres têm autonomia, ganham seu sustento, trabalham coletivamente. A Casa trouxe autonomia e sustentabi-

lidade”, acrescenta, informando que as mulheres plantam a mandioca, fazem a farinha e derivados como beiju e tapioca.

Capacitação

Além da entrega da unidade de beneficiamento de mandioca, a SPM realiza oficinas de qualificação e formação para manuseio do equipamento, boas práticas de produção e comercialização, qualificação e diversificação da produção, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a geração de renda. A comunidade beneficiada passa também por sensibilização e breve capacitação em gênero, direitos das mulheres, cidadania e direitos humanos. A SPM Bahia articula cursos de capacitação a exemplo do Programa Qualifica Bahia, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (Setre)

Na maioria das localidades, o equipamento beneficia mais de comunidade. Um exemplo é a Casa de Farinha instalada no município de Capim Grosso, utilizada por famílias das comunidades de Várzea Suja, Santa Rita, Gitirana, Poço, Varginha de Dentro, Furtuoso, Pocinho, Pau D’Arco, Várzea dos Patos, Varjota, Uruaçu, Lajedo, Queimado, Marruais e Segredo. Em cada comunidade é nítido o entusiasmo das mulheres. “Para nós é um sonho”, revela Rita Maria dos Santos, presidente da Associação de Pinguela, comunidade quilombola do município de Amélia Rodrigues.



MARISQUEIRAS COM ORGULHO

Projeto proporciona geração de renda para marisqueiras de Maragojipe

Nascida e criada na maré, como costumam dizer, Antonia Sidilan Conceição é uma das 30 mulheres das comunidades de Capanema e Baixa do Guaí, no município de Maragojipe, que vivem de mariscar e integram a Associação Mariquilombo. A SPM Bahia apostou no trabalho das marisqueiras por meio do Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre e investiu na construção de travessieiros de bambu, aquisição de depuradoras, freezer, além de equipamentos de EPIs como fardamento, luvas e botas apropriadas para o trabalho no mangue, além do aluguel do imóvel onde funciona a sede da Associação.

“A nossa renda melhorou muito depois disso”, diz Antonia Sidilan Conceição. As mulheres passaram a investir mais no cultivo de ostra, mais rentável do que de mariscos. Uma dúzia de ostras é comercializada por 15 reais, enquanto o preço do quilo do marisco varia de 20 a 25 reais, exigindo muito mais horas de trabalho. Mariscar uma vez por semana no cultivo de ostras rende cerca de 100 dúzias por mês. **“O trabalho é árduo, mas o retorno é bem maior”,** afirma.

O Projeto Marisqueiras com Orgulho começou em 2016 com a implantação dos primeiros travessieiros de bambu às margens dos manguezais nas comunidades extrativistas de Capanema e Baixa do Guaí, para o empreendimento da Associação Mariquilombo. O objetivo era gerar uma alternativa econômica viável para as famílias de marisqueiras da região, afetadas pela escassez dos estoques de ostras e lambretas no estuário da reserva e contribuir com a autonomia financeira dessas mulheres, em sua maioria, chefas das famílias.

A proposta conformou-se com os objetivos do Mariquilombo, voltado para a implementação da ostreicultura em sistemas familiares, promovendo autonomia e geração de renda com sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente. Em 2017, o empreendimento recebeu o prêmio Con-



Foto: Edson Ruiz

sulado da Mulher, que contemplou dez iniciativas no país que se destacaram como empreendimento feminino.

O projeto das marisqueiras de Maragojipe teve apoio da SPM em parceria com a Fundação Vovo do Mangue, Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, Rare Brasil e a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/ICMBio.

Oficinas

Além dos recursos para a compra de equipamentos, a SPM Bahia promoveu oficinas de capacitação com orientações para a comercialização dos produtos, trabalho em rede, controle contábil, fluxo de caixa, planejamento e outras ferramentas essenciais para a organização de um empreendimento solidário. As oficinas abordaram também a violência de gênero e a importância

da inclusão produtiva das mulheres no combate à violência contra as mulheres.

A marisqueira Rosilene Reis, tesoureira da associação, diz que a vida mudou depois de participar das oficinas. Rosilene sofria violência doméstica e não tinha conhecimento de como romper com o ciclo de violência. **“Hoje eu sou outra mulher”,** afirma ao ressaltar a autoestima e autonomia proporcionadas pelo trabalho coletivo no cultivo de ostras com as demais mulheres da Associação.

As marisqueiras agora sonham com a aquisição do imóvel onde o projeto está sediado, além de canoas e carro frigorífico para o transporte das ostras. No momento elas vendem o produto para um intermediário que comercializa para bares e restaurantes de Salvador e outras regiões da Bahia. **“Graças à SPM, nós conseguimos pagar o aluguel do imóvel onde está a sede, mas a meta é termos recurso para comprar e ficarmos tranquilas”.**



A CULTURA E A DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO





CAMPANHAS

Campanhas de sensibilização educam para o respeito às mulheres

ANTES DO TIRO, O TAPA.

ANTES DO GRITO, O CONTROLE.

ANTES DO CONTROLE, O MACHISMO.

ANTES DO MACHISMO, A MASCULINIDADE TÓXICA.

ANTES DO TAPA, O GRITO.

A masculinidade tóxica faz mal ao homem e pode ser o começo da violência contra a mulher e até do feminicídio. Acesse o site, entenda e compartilhe.

MASCULINIDADENOVA.COM.BR

A GENTE PRECISA FALAR SOBRE ISSO.

RESPEITA A MINHA

GOVERNO DO ESTADO BAHIA, AQUI É TRABALHO.

Por que você está chorando, rapaz? Por que você está chorando, me diga? Para de frescura que isso é coisa de menina. Para de frescura. Eu tô te educando é pra ser homem! Esse diálogo fictício fez parte de uma campanha inédita de combate à masculinidade tóxica lançada pelo Governo da Bahia por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA).

O vídeo da campanha mostra um homem numa sessão de cinema falando ao celular, supostamente reclamando com o filho. Exibido nos cinemas, o vídeo surpreendeu o público com a cena constrangedora, que reagiu com palmas ao descobrir que se tratava de uma campanha publicitária. Na primeira semana da campanha o termo "masculinidade tóxica" foi o mais acessado no google. Um dos vídeos da campanha teve mais de 500 mil visualizações apenas nas redes sociais da SPM Bahia.

A campanha de combate à masculinidade tóxica representou o que, entre os publicitários, se chama "case de sucesso", ganhando repercussão nacional, impulsionando o debate e incentivando discussões sobre o tema e a necessidade de construção de uma nova masculinidade.

Vídeos e peças digitais de impacto obtiveram compartilhamentos orgânicos em perfis como Quebrando Tabu, onde foi visualizado por mais de 300 mil pessoas, além de perfis de artistas.

A campanha utilizou outdoor, spots em rádio, vídeos, anúncios em jornal, mobiliários urbanos, peças para redes sociais, além de 40 placas de outdoor social afixadas em residências e estabelecimentos de moradores de diversos bairros da capital, com o objetivo de envolver e despertar a comunidade para o problema da masculinidade tóxica e suas implicações na violência doméstica e familiar. O aposentado Wilson Oliveira foi um dos que permitiu a afixação da placa no imóvel onde mora. "Eu aceitei porque achei importante a mensagem. Todo mundo que passa por aqui vê logo", disse.

Quem nunca ouviu expressões como: "homem não chora"; "homem que é homem não leva desaforo pra casa". São frases representativas de um padrão de masculinidade que estimula comportamentos agressivos. Reconhecida pela Associação Americana de Psicologia, a masculinidade tóxica é definida por especialistas como uma ideia de mas-

culinidade, construída socialmente, que considera a força, a agressividade, como virtudes do homem, enquanto as emoções e sentimentos são considerados fraquezas típicas das mulheres.

Calendário de luta das mulheres

A campanha de combate à masculinidade tóxica foi uma iniciativa inovadora, mas desde a criação da SPM-BA ações publicitárias de sensibilização da população estão entre as competências da Pasta. As campanhas se constituem em ações de prevenção à violência e pontuam os períodos mais relevantes do calendário de luta das mulheres a exemplo do Março Mulher, Agosto Lilás, 21 dias de ativismo, além da maior festa popular da Bahia, o Carnaval.

ANTES DO TIRO, O MACHISMO.

ANTES DO MACHISMO, A MASCULINIDADE TÓXICA.

RESPEITA A MINHA

GOVERNO DO ESTADO BAHIA, AQUI É TRABALHO.

Desde 2012 as ações publicitárias são realizadas de modo ininterrupto. Os slogans trabalhados buscam contribuir para a conscientização da população e ressaltar a importância de denunciar a violência. As primeiras campanhas também focaram no engajamento dos homens no enfrentamento à violência ("Eu assumo essa ideia: homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres"), na proteção às mulheres indígenas ("Até as maiores guerreiras precisam de proteção. Denuncie a violência contra a mulher indígena"), no incentivo à denúncia ("Não



esconda. Denuncie”) e na luta por direitos “Em toda mulher exista uma guerreira que luta pelos seus direitos”.

Nos dois anos seguintes o mote foi o respeito às mulheres (Respeito à Mulher. Entre nesse bloco). Depois o slogan “Vá na Moral ou Vai se dar Mal”, trabalhado por dois anos consecutivos e, a partir de 2017, a Campanha Respeita as Mina, que ampliou as ações de conscientização contra o assédio, no período do Carnaval, levando para a avenida o Trio Respeita as Mina, em parceria com a Maré Produções Culturais.

A temática do feminismo, do combate ao machismo e do respeito às mulheres ganhou o circuito da folia por três anos, com o trio puxado pela baiana Larissa Luz, acompanhada de diferentes convidadas:

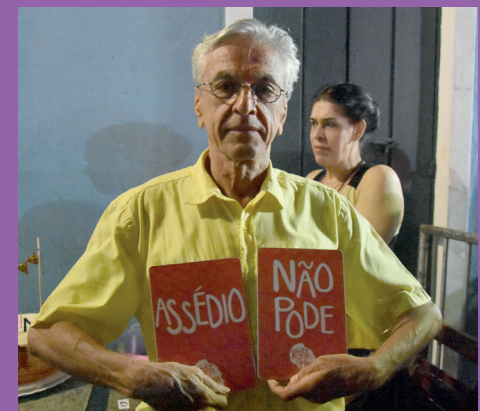
Luedji Luna, MC Carol, Tássia Reis, Xênia França, Karina Buhr, além da roqueira baiana Pitty que fez sua estreia no Carnaval de Salvador.

Durante o Carnaval, as campanhas ganham a adesão voluntária de artistas dos mais diversos perfis, que fortalecem a mensagem do respeito às mulheres e de combate ao assédio. As ações de sensibilização são realizadas em blocos, camarotes, terminais de passageiros e portais de entrada de foliões onde são distribuídos folhetos, adesivos e outros materiais.

O avanço das redes sociais e do ativismo feminista no espaço digital popularizou expressões como “não é não”, “meu corpo, minhas regras” que foram utilizadas em tatuagens e adesivos, também chamados praguinhas, distribuídos também na se-

gunda maior festa popular da Bahia, o São João, além de distribuição durante ações de sensibilização cotidianas realizadas ao longo do ano.

Durante a pandemia da covid-19 houve a preocupação de alertar a população para a importância de oferecer ajuda em caso de violência doméstica e familiar diante da maior dificuldade de denúncia por meio dos canais habituais em decorrência das necessárias medidas sanitárias de isolamento social para tentar conter o avanço do coronavírus. Com o slogan “lave as mãos contra o coronavírus, contra a violência doméstica não”, a campanha buscou chamar a atenção de familiares, amigas (os), vizinhas (os) para estarem alerta a possíveis sinais e pedidos de ajuda.





Histórias interrompidas

Apesar das campanhas constantes, os casos de feminicídio persistem indicando que a mudança de uma cultura machista e patriarcal só ocorre em longo prazo e exige um esforço contínuo dos governos e da sociedade. Para alertar para os casos de feminicídio na Bahia, a SPM-BA lançou a campanha #HistóriasInterrompidas, resgatando histórias reais de mulheres assassinadas por companheiros ou ex-companheiros.

“Ela só tinha 17 anos e uma vida inteira pela frente, mas foi assassinada pelo namorado em Conceição do Coité”. Essa é

uma das muitas histórias que fizeram parte da ação nas redes sociais da secretaria durante o Agosto Lilás, mês dedicado ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Dar visibilidade aos casos de feminicídio é o primeiro passo para enfrentar o problema, que demanda ações conjuntas do poder público.

21 Dias de Ativismo

As campanhas de sensibilização ocorrem também por meio de eventos públicos para chamar a atenção da população para a necessidade de engajamento na luta pela eliminação da violência. A mobilização dos



21 dias de ativismo se constitui num dos momentos de maior relevância do calendário de luta das mulheres.

Até 2016 a mobilização educativas mundial acompanhar o calendário internacional de 16 dias de ativismo. A partir de 2017, os movimentos de mulheres consideraram importante ampliar para 21 dias de ativismo, iniciando a mobilização em 20 de novembro, no Dia da Consciência Negra, para ressaltar a maior vulnerabilidade das mulheres negras.

Segundo o Atlas da Violência 2020, 67% das vítimas de feminicídio no país no ano anterior eram mulheres negras. Entre 2008 e 2018, enquanto a taxa de homicídio de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. Ainda de acordo com o levantamento, duas em cada três vítimas de feminicídio são negras.

Desde o início da SPM, ações e eventos marcam a mobilização educativa pela eliminação da violência contra as mulheres a exemplo da homenagem às candaces contemporâneas, realizada no Pelourinho. Candace era um título atribuído a uma dinastia de rainhas, mulheres guerreiras que detinham o poder do reino de Meroé, ao sul do Egito, pouco tempo antes da era cristã, formando uma sociedade matrilinear.

Nos últimos dois anos, o evento No batuque do Tambor reuniu percussionistas no Centro Histórico de Salvador com o objetivo de promover um brado contra a violência a partir do protagonismo de mulheres

percussionistas. Em 2022, o evento contou com a participação de 70 percussionistas das Bandas Dida, Yayá Muxima, A Mulherada, Meninos da Rocinha, do Afoxé Filhas de Gandhi e da Banda Mulheres Percussivas de Santo Amaram que tomaram o Largo do Cruzeiro de São Francisco.

Eles por Elas

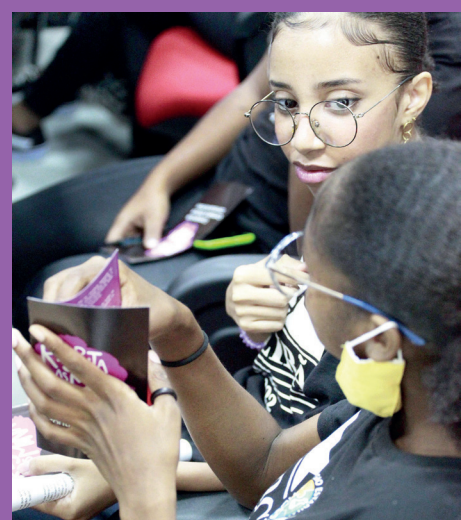
Durante os dias de ativismo se enfatiza a importância de mobilização dos homens no combate à violência contra as mulheres. O movimento ElesporElas, lançado pela ONU Mulheres, em 2014, tem como objetivo envolver toda a sociedade, inclusive os homens e meninos, na promoção da igualdade de gênero. Na Bahia foi realizada por dois anos consecutivos a caminhada Eles por Elas.

Posteriormente a mobilização incluiu ações no metrô de Salvador a exemplo da sensibilização com participação dos personagens Mainha e Junior, do grupo Na Rédea Curta. Segundo pesquisa do Instituto Patricia Galvão, a cada quatro mulheres no Brasil um já passou por importunação sexual ou assédio no transporte público. O levantamento indica que 45% das mulheres afirmaram ter tido o corpo tocado sem consentimento, em local público.



QUEM AMA, ABRAÇA!

Campanha em escolas da rede pública educa jovens para prevenção à violência contra as mulheres



Ações educativas com foco na juventude são compromissos assumidos pelo Governo da Bahia por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), em parceria com a Secretaria da Educação (SEC). Um exemplo é a campanha Quem ama, abraça – Fazendo Escola que busca sensibilizar estudantes para a necessidade de combater a cultura machista e promover o respeito às meninas e mulheres a partir de uma educação não sexista.

A campanha consiste em oficinas para estudantes e professores com o objetivo de promover a reflexão sobre as múltiplas formas de violência, naturalizadas pela cultura machista que acabam por reforçar e reproduzir as desigualdades entre homens e mulheres e produzir a violência, em especial, a doméstica e familiar. A campanha de sensibilização busca estimular relações respeitadas, a equidade, quaisquer que sejam as diferenças étnico/raciais, de gênero ou crença religiosa.

“Querendo ou não, o machismo, ele não afeta só a mulher, ele afeta o homem também, que precisa ficar provando muitas vezes que é homem, sendo que não deveria ser assim”, disse Joyce Almeida, 17 anos, aluna do Colégio Estadual Vila Canária.

Ciente das assimetrias de gênero que estruturam as relações no ambiente escolar, o estudante Icaro Silva, 16 anos, reforça a importância de ações como o Quem ama, abraça e a necessidade da luta das mulheres contra o machismo para que tenham seus direitos respeitados.

“A mulher não quer ser mais que o homem, ela quer ter as mesmas possibilidades, ela quer poder entrar em um lugar e ser respeitada da mesma forma que um homem é respeitado. Por isso que é tão importante que essas programações aconteçam nas escolas para que a gente já cresça com essa mentalidade e entendendo a dificuldade que é ser mulher”.

Lançada em 2011, a campanha Quem ama, abraça surgiu como uma das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), a SPM Bahia tomou a iniciativa de levar o projeto para a rede pública escolar por entender a relevância de incluir os estudantes na desconstrução da cultura machista e na luta contra a violência às mulheres.

FALA MENINA

Projeto inspira a juventude para enfrentamento ao machismo e ao racismo



Papel e caneta como melhores amigos. Nos cadernos de anotações as histórias de gordofobia e racismo, vivenciadas por Joyce da Silva Fernandes. Histórias que posteriormente vivaram letras de rap na voz de Preta Rara, nome artístico de Joyce, historiadora, feminista, ativista e rapper paulista.

“Meu pai viu minhas anotações e falou que aquilo era um rap. Foi aí que eu comecei nesse processo. É importante termos investimentos em políticas públicas ligadas à cultura, pois o hip hop me salvou. Vocês são tão capazes quanto eu. Busquem, corram atrás dos estudos. As negras e os negros podem e devem ocupar todos os espaços da sociedade”.

O recado foi dado por Preta Rara em conversa com estudantes do Colégio Estadual Thales de Azevedo na edição do Projeto Fala Menina, em 2019. Ex-empregada doméstica, Preta relatou a uma plateia atenta e entusiasmada que, depois dela, nenhuma outra mulher da família foi trabalhadora doméstica.

“É um emprego como qualquer outro, mas nós podemos mudar a história. E foi essa minha história que se transformou em

livro”, disse a rapper, autora do livro “Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”.

Realizado desde 2016, o ‘Fala Menina’ faz parte da programação anual do Julho das Mulheres Negras, quando são realizadas atividades com foco no combate ao racismo e ao machismo. O projeto convida personalidades jovens para um bate-papo com estudantes da rede pública, abordando temas como cultura do estupro, educação não sexista e antirracista, ativismo e violência de gênero nas redes digitais.

Mulheres inspiradoras

Na última edição, realizada em julho, estudantes do Colégio Estadual Vila Canária lotaram o auditório da instituição para ouvir a professora do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bárbara Carine. Doutora em Química e duas vezes finalista, na categoria ciências, do Prêmio Jabuti, o mais importante da literatura brasileira, Bárbara abordou o tema Sim à diversidade e não às desigualdades! **“Por uma educação não sexista e antirracista”.** Bárbara Carine contou parte de sua trajetória pessoal e profissional, chamando a

atenção para a importância da educação, que a fez traçar um caminho diferente das demais pessoas da família, sem acesso ao ensino superior.

“Eu sou a caçula e minha mãe decidiu que eu teria um futuro diferente. Acho que ela quis me preservar. Ela disse: essa não vai pegar na vassoura”, contou, buscando despertar a autoestima e autoconfiança dos estudantes. **“Muita gente até mesmo da sua família vai duvidar de você, mas você pode, você é potente”,** disse..

A pesquisadora tem mais de 100 mil seguidores na rede social Instagram com o perfil @uma.intelectual.diferentona. **“A história de Bárbara motiva muitas alunas e alunos a correrem atrás de seus sonhos e assim poder transformar o mundo”,** disse o professor Thiago de Oliveira



Trajatórias marcantes

O projeto trouxe outras mulheres com trajetórias marcantes a exemplo da jornalista e empresária baiana Monique Evelle, convidada do lançamento do projeto em 2016, debatendo a cultura do estupro com a atriz e cantora carioca Lellezinha. Ex-aluna do Colégio Thales de Azevedo, Monique se tornou uma referência para jovens mulheres ao criar o projeto Desabafo Social, um laboratório de tecnologias sociais aplicadas à geração de renda, educação e comunicação.

Em 2015 Monique foi considerada uma das mulheres mais inspiradoras pela ONG Think Olga, organização de inovação social, interessada em sensibilizar a sociedade sobre questões de gênero e identificar agentes de mudança na vida das mulheres.

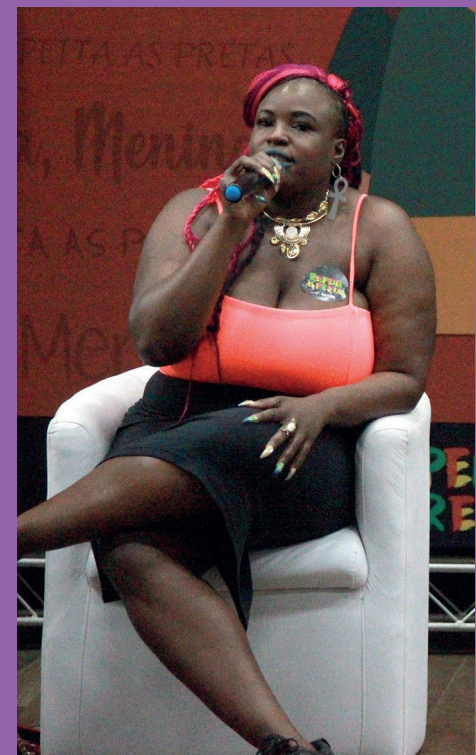
A baiana Larissa Luz e a advogada paulista, feminista, militante do movimento negro e empresária do grupo de rap Racionais MC, Eliane Dias, dialogaram com estudantes do Colégio Severino Vieira, em 2017, a partir do tema “Jovens negras: inspirar para libertar”. No ano seguinte foi a vez da rapper paulista MC Sofia conversar com estudantes do Colégio Central sobre combate ao racismo e ao machismo.

Ainda sob o impacto da pandemia de covid-19, em 2021 o projeto foi realizado de modo virtual. Com o tema “As Minas na rede”, a edição teve a participação da jornalista baiana Ashley Malia, criadora do perfil Papo Afro, e da estudante Fatou N’diaye, que se tornou conhecida no país depois de ter sido alvo de racismo de estudantes do colégio Liceu Franco-Brasileiro, no Rio de Janeiro.

“Sendo uma jovem de 16 anos, o único meio que eu tenho para me comunicar com um público em larga escala, sem precisar de nenhuma mídia tradicional é a internet. Então, a internet é importante para a gente ver a pluralidade de opiniões e ideias e também pra gente começar a ter debates sobre interseccionalidades entre as causas sociais e as causas de gênero”, disse Fatou.

Para a Ashley Malia, a internet se constitui em um espaço democrático, amplificado ainda mais a partir da pandemia da covid-19, que pode ser um aliado da luta antirracista e pela equidade de gênero.

“A gente pode fazer barulho na internet. A internet é um espaço extremamente importante de denúncia, de pressão popular. É um espaço democrático que pode dar voz a pessoas que são invisibilizadas e que permite que as conversas sejam ampliadas”.



CASA RESPEITA AS MINA

Um espaço de arte, cultura, debates, oficinas e estímulo à economia criativa



Um espaço inovador para incentivar e visibilizar as produções de mulheres a partir de três conceitos básicos: leia, ouça e veja as mina. A Casa Respeita as Mina surgiu como um lugar de troca de conhecimentos, debates, oficinas de empreendedorismo criativo, além de apresentações artísticas e culturais. Idealizada pela Maré Produções Culturais em parceria com a SPM Bahia, a Casa foi inaugurada no Carnaval de 2020 com apoio da Bahiatur, do Goethe-Institut Salvador e da UNIDAS – Rede de Mulheres entre a América Latina, o Caribe e a Alemanha.

Com uma concepção cenográfica arrojada, a casa logo na entrada apresentava ao público uma árvore estilizada, em madeira, com rosas em papel com nomes de mulheres dependurados numa representação da vida e da fertilidade. Todo o projeto estético de ocupação do espaço, situado na época num imóvel no Terreiro de Jesus, foi da cenógrafa Renata Mota, que se baseou no útero como atmosfera de conforto, segurança e acolhimento, numa representação de mulheres unidas em rede.

No Carnaval, a Casa funcionou como espaço para visitação e orientação às mulheres em situação de violência. Passada a folia de momo, a programação incluiu atividades e programações diversas como oficinas, lançamentos de livros, exposições,



exibição de vídeos e shows, além de um espaço comunitário para leitura com uma biblioteca formada só com títulos de autoras mulheres, de nacionalidades diversas. Por meio de um orelhão estilizado, visitantes podiam também ouvir músicas de temática feministas ou interpretadas por mulheres, acessando a playlist da casa numa plataforma de streaming de áudio.

A ativista e empreendedora Monique Evelle foi a primeira a ocupar o auditório da Casa com um LAB sobre estratégias de comunicação para quem decidiu empreender e precisa gerar impacto social, reunindo mulheres das mais diversas áreas de atuação.

Entusiasta, apoiadora da Casa e integrante da Rede UNIDAS, a atriz alemã Sibel Kekilli exaltou a iniciativa do projeto. **“O fortalecimento coletivo, a descoberta dos próprios talentos e poten-**



ciais e o respeito mútuo devem ser o foco principal nesta casa”, disse.

Premiada na Alemanha e conhecida dos brasileiros pela série Games of Thrones, Sibel fez residência na capital baiana no Programa de Residência Artística Vila Sul do Goethe-Institut Salvador, e teve papel decisivo na parceria para a abertura da casa, fechada em março de 2020 em decorrência da pandemia da covid-19.





MULHER COM A PALAVRA

Vozes pelo empoderamento feminino por meio da arte



Desde a estreia com a participação da cantora Elza Soares, em 2016, o Projeto Mulher com a Palavra tem cumprido o papel relevante de discutir o empoderamento feminino por meio da arte a partir da valorização da trajetória pessoal e profissional de personalidades brasileiras. Realizado pela SPM-BA em parceria com a Maré Produções Culturais, o projeto teve patrocínio da Bahiagas e Avon, com apoio da Secretaria da Cultura (Secult) por meio do Teatro Castro Alves (TCA).

Com pautas atuais e reflexões sobre questões de gênero a partir de uma perspectiva feminista, o projeto inspirou jovens mulheres tocadas pela escuta atenta às vivências das convidadas.

“A voz é a melhor arma de um grupo e quando mulheres tão potentes usam suas vozes para falar sobre si, refletindo sobre aspectos que são comuns a todas, um movimento de construção de autonomia, combate a violência acontece no palco e no público”, disse Adrieli do Carmo, relações públicas, escritora e produtora cultural.

Para Adrieli estar na plateia é uma oportunidade de escutar, conhecer de forma mais

aprofundada cada uma das personalidades, se inspirar e se enxergar nas trajetórias de cada uma delas.

“Uma fala que me inspira até hoje é a de Maíra Azevedo (Tia Má), quando ela disse que lida com o racismo gritando, constringendo e denunciando aqueles que tentam nos silenciar”.

O aprendizado também é para as personalidades que têm a oportunidade de trocar experiências e novos conhecimentos. Convidada de uma das edições de 2016, a cantora Preta Gil considera o projeto um divisor de água depois da vaia que recebeu ao dizer que era uma típica mulata brasileira e usar o termo denegrir.

“Ali eu entendi que teria que parar minha vida pra fazer uma coisa que eu nunca fiz que era ter uma consciência racial, ter um estudo, ter um letramento sobre a minha história, os meus antepassados”, disse Preta em entrevista recente à advogada e apresentadora Gabriela Priolli. Depois do episódio, Preta decidiu participar de um grupo de estudos com mulheres negras, criado pela amiga, a atriz Taís Araújo.

“A música [...] é o meu medicamento, é o meu remédio, me faz forte. Foi ela que me deu voz, a voz do grito, do socorro. Foi através da música que eu fui rompendo barreiras”





Conjuntura nacional

A atualidade dos temas abordados no projeto proporcionou debates acalorados. A jornalista e atriz Tia Má dividiu o palco com a cantora Daniela Mercury, em 2018, quando abordaram o tema **"Direitos humanos, liberdades e as diversas formas de feminismo"**. A conjuntura nacional influenciou sobremaneira essa edição, que teve um tom fortemente político.

"Resistir é a arte mais profunda do meu povo. Eu tenho um filho preto, eu sou mãe de uma criança negra e a cada aniversário de meu filho eu celebro, mas eu me desespero, porque a cada aniversário de meu filho ele vai se tornando alvo das mais diversas violências", disse Tia Má, emocionada e ovacionada pela plateia.

Na ocasião, Daniela Mercury já era uma das artistas mais engajadas no movimento #EleNão contra o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. No palco, Daniela defendeu a democracia e a liberdade de expressão como fundamentais para a existência de todas as pessoas, em especial daquelas que compõem as minorias.

"Opressão, racismo é inaceitável. Nós somos donos, donas desse lugar e vou lutar e continuar lutando. Sou resistência pelos direitos humanos, pelos direitos de todas as pessoas, pelo direito às nossas vidas"

Encontro de gerações

O projeto proporcionou também o encontro de gerações, possibilitando trocas entre personalidades de trajetórias, idades e vivências diferentes, em diálogos pouco

prováveis considerando a dinâmica de vida e as áreas de atuação de cada um delas. Foi assim com Gaby Amarantos e Zezé Mota; Conceição Evaristo e Karol Conká;

"Cada geração encontra formas de perpetuar a luta. Hoje o que essas meninas fazem, inclusive com outras ferramentas e com a própria ferramenta das redes sociais, começou desde os navios negreiros. Alguma forma de rebeldia se encontrava nos navios negreiros", disse Conceição no diálogo sobre feminismos.

A escritora ressaltou a potencialidade e a força das novas gerações que remetem à ancestralidade.. **"Nós mulheres negras temos falado muito: nossos passos vêm de longe. O desafio que vocês colocam agora é um processo que começou lá trás e vocês têm a responsabilidade de não parar no meio do caminho"**, acrescentou.

Feminismos plurais

Autoras representantes do feminismo negro bateram o recorde de público, com ingressos esgotados em apenas dois dias. O público lotou o TCA para ouvir o trio de pensadoras: Carla Akotirene, doutora em estudos feministas; a filósofa Djamila Ribeiro e a arquiteta e urbanista Joice Berth.

"Um dia eu espero que todas as mulheres negras tenham direito à palavra. A palavra não é um espaço meramente simbólico, você estar aqui sentada e ter autoridade pra falar, mas representa um compromisso político com a nossa autoridade intelectual de todas aquelas mulheres que foram silenciadas, foram impedidas de escrever o próprio





nome, foram impedidas de falar na sua língua”, pontuou Carla

Histórico

No lançamento, em 2016, o projeto reuniu nomes como a filósofa Marcia Tiburi, a cantora Zélia Duncan e uma edição especial em comemoração ao Novembro Negro com a participação Preta Gil, Elisa Lucinda e MC Carol.

No ano seguinte foi a vez da cantora Marina Lima, uma das referências do pop-rock nacional, seguida de outra roqueira, a baiana Pitty. Ao debater sobre feminismo e mídia, Pitty defendeu os feminismos em sua pluralidade para dar conta das diversas lutas que atravessam as mulheres.

“Quando eu comecei a pensar no recorte de gênero, de raça, de condição social, de contexto, de orientação social, de acessibilidade, quando você pensa nesses recortes você não consegue definir o feminismo como uma coisa única, ele precisa realmente ter esses olhares diversos”.

Duas embaixadoras da ONU Mulheres participaram dos dois encontros posteriores: as atrizes Taís Araújo e Camila Pitanga, respectivamente. O tema **“Somos Todos Taís Araújo – Feminismo Negro na Internet”** fez referência ao movimento de apoio à atriz carioca, quando sofreu ataques ra-

cistas nas redes sociais em 2015. Primeira protagonista negra de uma telenovela, Taís lembrou quando passou a se reconhecer como uma mulher negra.

“Depois de Helena (personagem da novela) eu tive um reencontro comigo. Depois da novela fiquei me questionando que tipo de atriz eu era, aí fui fazer o espetáculo Caixa de Areia e durante o processo criativo eu falei: gente, eu sou preta!”

Camila Pitanga debateu questões de gênero e étnico-raciais, como a diversidade da negritude no Brasil, na edição que teve como tema **“Negra, sim!”**. Ativista e feminista, Camila ressaltou a oportunidade de participar de uma iniciativa como o projeto Mulher com a Palavra e inspirar outras mulheres.

“Nós que estamos em posição mais confortável podemos usar nossa voz para ajudar as outras; me choca ver que, ainda, hoje, as mulheres são colocadas em uma situação de inferioridade” (Camila Pitanga)

No último ano de projeto presencial, em 2019, Mariene de Castro debateu sobre Maternidades Possíveis com a escritora Ana Maria Gonçalves, autora do clássico Um Defeito de Cor. Troca de experiências distintas entre uma mãe de seis filhos e uma escritora que optou em não exercer a maternidade.



Depois, a atriz Leandra Leal, a cantora Liniker e a historiadora Giovana Xavier discutiram **"Arte, pensamento e resistência"**. E encerrando a temporada, a primeira convidada internacional: a acadêmica afro-alemã Natasha A. Kelly abordou o tema "Decolonialidade" com a baiana Luedji Luna e a psicóloga Mafoane Odara, na época integrante da Rede pela Diversidade da Avon e atual líder de Recursos Humanos para a América Latina da Meta.

Na edição de aniversário de cinco anos, o projeto estreou como programa de tv por conta da pandemia e da necessidade de distanciamento social. Com direção de Dayse Porto e produção executiva de Fernanda Bezerra, os programas foram realizados por meio da Lei de Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo do Governo Federal, com patrocínio da Novelise e da Avon, apoio da Bahiagas e da SPM Bahia.

Pela primeira vez, o projeto contou com a participação de lideranças indígenas: a escritora e ativista de origem potiguara, Elaine Potiguara, e a pesquisadora e ativista guarani, Sandra Benites falaram de suas trajetórias e propostas das mulheres indígenas para um mundo melhor no programa com o tema 'Originárias', um dos quatro episódios exibidos.

Mediadora da maioria dos encontros, a comunicadora Rita Batista considera o projeto necessário como espaço de debates e discussões numa sociedade



de marcadamente machista, classista, racista, heteronormativa, homofóbica, transfóbica e lesbofóbica. **"Nós somos contra tudo isso, propondo um evento onde aquelas que historicamente foram silenciadas são as protagonistas"**.



MULHERES INSTRUMENTISTAS

Iniciativas dão visibilidade às mulheres da cena musical instrumental



Foto: Holanda Cavalcanti

Quantas mulheres instrumentistas você leitor(a) conhece? Na cena artística e especialmente a musical, alguns espaços foram historicamente considerados menos adequados às mulheres e por isso dominado pelos homens. O público se acostumou a reverenciar vozes femininas, mas ainda há os que estranham mulheres guitarristas, tocando bateria, baixo, percussão. Na certeza de que o lugar da mulher é onde ela quiser, a SPM tem buscado incentivar o protagonismo das mulheres na cena musical, como instrumentistas.

As iniciativas que objetivam dar visibilidade à trajetória de mulheres instrumentistas na Bahia se dão por meio de editais, parcerias e interlocução com outras instâncias de governo na tentativa de viabilizar as ações. Um exemplo foi o Festival Mulheres Instrumentistas – FEMIN – contemplado com o Edital Respeita as Minas 2022. O FEMIN colocou em cena grupos femininos e artistas mu-

lheres que têm contribuído para firmar e enriquecer o protagonismo das mulheres na cena instrumental

O Pátio das Mangueiras do Solar do Unhão, área externa do Museu de Arte Moderna (MAM), abrigou um público diverso para acompanhar as atrações do festival, em dezembro. Primeiro, um cortejo com a Banda Feminina Didá. Depois show da violonista Jana Vasconcelos; da cantora, compositora e pianista Manuela Rodrigues e por fim da Banda FEMIN, que abriu a noite da Jam no MAM. Entre um show e outro, um bate-papo sobre o machismo na música instrumental com mediação de Dedê Fatuma, percussionista, poeta e mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

“A partir da música eu ganhei régua e compasso pra enfrentar as várias vio-

lências interseccionais que atravessam a trajetória de vida das mulheres instrumentistas, das mulheres negras, das mulheres em si”, disse a percussionista com 20 anos de carreira.

Para Dedê Fatuma o machismo na cena musical por vezes é sofisticado e apresenta-se atrelado à desigualdade de classe e ao racismo.

“A violência simbólica que sofremos vai se materializar em linhas muito tênues como, por exemplo, quando a gente vai passar o som e aquele operador de som, que na maioria das vezes é homem, não leva fé no nosso trabalho. A gente acaba muitas vezes sabotada. Temos que provar duas, três, quatro vezes mais que a gente é competente, deve e pode estar nesse lugar”, afirmou.

A percussionista traz na memória a perversa divisão social do trabalho que a obrigava

a cumprir os afazeres domésticos antes de se dedicar às aulas de percussão.

“Pra eu poder me dedicar à percussão, antes eu tinha que arrumar a casa, tinha que lavar os pratos, lavar o banheiro, cozinhar, enquanto meus irmãos estavam disponíveis pra outra atividade qualquer. Eu tinha um tempo curto para me dedicar ao instrumento, mas isso ao invés de ser uma interdição foi me dando mais força porque eu sabia onde eu queira chegar”.

Jam no MAM com as Mina

Depois de ações isoladas para incentivar a participação de instrumentistas mulheres, a SPM Bahia firmou uma parceria com a JAM no MAM para uma temporada inteira com as mulheres ocupando lugar de destaque nas ‘jam sessions’ baianas. O Projeto JAM no MAM com as Mina contou com patrocínio da Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR) e Bahiagas, com apoio da SPM, além de apoio institucional do MAM, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e da Secretaria de Cultura da Bahia (Secult).

O objetivo central do projeto foi levar um número cada vez maior de mulheres a se sentir instigada a participar da cena musical instrumental, ainda ocupada majoritariamente por homens. A Jam no MAM com as Mina incluiu seis temporadas com apresentações da saxofonista Paula Valente, da pianista Lis Carvalho, da baixista Ana Karina Sebastião, da Banda Minas do MAM, formada só por mulheres, da clarinetista Joana Queiroz, além de uma homenagem especial a Ella Fitzgerald por cantoras baianas acompanhadas de instrumentistas mulheres.

Neojibá

Em algumas edições do projeto Mulher com a Palavra, jovens instrumentistas foram protagonistas de momentos memoráveis a exemplo da participação do Grupo Amoras, da unidade do Neojibá do Nordeste de Amaralina. O grupo formado por meninas musicistas se apresentou na abertura da última edição de 2019, quando foi abordado o tema “Descolonizadas”, com as convidadas: a cantora baiana Luedji Luna, a psicóloga Mafoane Odara, na época integrante da Rede pela Diversidade da Avon, e a ativista, artista visual e acadêmica afro-alemã Natasha A. Kelly.



As ações com mulheres instrumentistas incluíram também iniciativas de sensibilização e conscientização. Mulheres da Orquestra Juvenil Neojibá estiveram no centro de uma ação realizada, em 2020, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) como parte da campanha Ela Decide Seu Presente e Seu Futuro, uma iniciativa pelo empoderamento de mulheres e adolescentes em prol de decisões autônomas sobre suas sexualidades e vida reprodutiva.

O UNFPA distribuiu 100 kits, que incluíam sacola com o slogan “o corpo é meu e os direitos também são”; o livro ‘Quem tem medo do feminismo negro’, de Djamila Ribeiro; caderno, porta celular, além de máscara, sabonetes e álcool em gel. A campanha é realizada desde 2018, sempre em outubro quando se comemora o Dia Internacional das Meninas. Em 2020, a iniciativa fez alusão também aos 21 dias de ativismo pelo fim

da violência contra as mulheres, mobilização mundial contra a violência de gênero. Além da Orquestra Juvenil, outros núcleos como o grupo Amoras também foram contemplados.





DIGI
MENS

UM DI
TO
MAS, MULHERES

**EMPODERA,
MULHER!**

Dignidade Menstrual como condição para o empoderamento

Por Astrid Bant

Antropóloga, socióloga e Representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil



Foto: Camila Souza

O Brasil é um país que reconhece o direito de sua população a alcançar o pleno desenvolvimento social, econômico, de saúde e bem estar, sendo essencial para estes objetivos que cada cidadã e cidadão possa exercer livremente, e em sua totalidade, os direitos humanos. Estas metas estão presentes em diferentes acordos e tratados internacionais, como a Conferência sobre População e Desenvolvimento (CIPD) das Nações Unidas, ocorrido no Cairo em 1994, mas também o Consenso de Montevidéu de 2013 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de 2030. O caminho para que estes objetivos sejam alcançados passa necessariamente pelo empoderamento de mu-

lheres e meninas, com uma perspectiva que leve em conta fatores como raça e etnia e diversidade sexual, entre outros.

A saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, é uma condição prévia para o empoderamento feminino. Para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos é fundamental que mulheres e meninas tenham não apenas acesso a serviços de saúde, incluindo métodos de planejamento familiar, mas também educação abrangente de sexualidade, com informação de qualidade ao longo do ciclo de vida. O descaso ou ausência de políticas públicas que garantam esses direitos podem

trazer consequências para a vida das mulheres, como gravidez não-planejada, abortos inseguros, pobreza menstrual, mortalidade materna, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo HIV e violência baseada em gênero.

A pobreza menstrual, tema que vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos, é um assunto prioritário. Esta pode ser considerada uma forma de pobreza multidimensional, caracterizada pela falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento por parte de mulheres e meninas para cuidados envolvendo a primeira menstruação até a menopausa. A pobreza menstrual afeta mulheres e me-

“ (...) é importante que governos, em todas as esferas de poder (federal, estadual e municipal), dêem destaque a políticas para mulheres, seja por meio de secretarias, coordenadorias ou outros equipamentos e que promovam a transversalidade da política para mulheres em todas as demais áreas do governo. Na Bahia, a Secretaria Estadual de Política para Mulheres (SPM/BA) desenvolve, há mais de uma década, um papel fundamental na promoção do protagonismo de mulheres baianas na construção de ações de incentivo à independência econômica, segurança, dignidade e proteção de mulheres e jovens.”

mulheres de diferentes grupos sociais, mas sobretudo mulheres pobres e negras, reforçando desvantagens que elas encontram no seu desenvolvimento social, especialmente educativo, o que contribui para o status quo da desigualdade de gênero na sociedade.

Além do enfrentamento das desigualdades, para se alcançar o empoderamento feminino, é preciso garantir o pleno desenvolvimento econômico, social e a participação política de todas as mulheres e meninas. Individualmente, isso inclui processos pelos quais as mulheres obtenham poder de expressar e defender seus direitos, fortalecer sua autoestima e garantir controle sobre suas próprias vidas, relações pessoais e sociais. Coletivamente, este processo inclui políticas afirmativas, de saúde pública e de educação. A participação masculina - inclusive no auto-reconhecimento como parte dos obstáculos - é essencial para o empoderamento das mulheres.

Desta forma, é importante que governos, em todas as esferas de poder (federal, estadual e municipal), dêem destaque



a políticas para mulheres, seja por meio de secretarias, coordenadorias ou outros equipamentos e que promovam a transversalidade da política para mulheres em todas as demais áreas do governo. Na Bahia, a Secretaria Estadual de Política para Mulheres (SPM/BA) desenvolve, há mais de uma década, um papel fundamental na promoção do protagonismo de mulheres baianas na construção de ações de incentivo à independência econômica, segurança, dignidade e proteção de mulheres e jovens.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) na Bahia em colaboração com a Secretaria para Mulheres, com a qual UNFPA tem uma parceria de longa data, desenvolve uma extensa agenda na promoção da equidade de gênero, entre elas, estão ações na promoção de dignidade menstrual, dos direitos sexuais e

reprodutivos, além de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.

Estas e outras iniciativas que o Estado da Bahia vem desenvolvendo voltadas para o empoderamento e a promoção da dignidade de todas as mulheres e meninas são de extrema relevância e grande potencial de transformação para as baianas e também um grande exemplo para o resto do país. Desejo vida longa a Secretaria de Política para Mulheres do Estado da Bahia e a parceria estabelecida com o UNFPA!

¹O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a agência das Nações Unidas (ONU) que trata de questões populacionais e humanitárias pela abordagem da saúde sexual e reprodutiva e direitos com foco em mulheres e jovens. Trabalha também na promoção da equidade de gênero e no enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação, para que todas as pessoas sejam tratadas com dignidade e respeito. O UNFPA tem como meta alcançar até 2030: zero demanda insatisfeita de planejamento reprodutivo, zero mortes maternas preveníveis e zero violência baseada em gênero e outras práticas nocivas contra mulheres e meninas, incluindo o casamento/união infantil.

DIGNIDADE MENSTRUAL

Programa distribui absorventes na rede pública e promove ações educativas para a saúde menstrual



Foto: Camila Souza

Estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) indica que 62% das adolescentes e jovens no Brasil já deixaram de ir à escola ou outros lugares por causa da menstruação. Segundo a ONU, estima-se que uma em cada dez meninas, no mundo, faltam aulas quando estão menstruadas por falta de acesso a absorventes. Com o objetivo de reduzir a pobreza menstrual e seus impactos na educação, o Governo da Bahia lançou há um ano o Projeto Dignidade Menstrual.

A iniciativa garantiu a distribuição de absorventes a 225 mil estudantes da rede pública, de 11 a 45 anos, em condição de vulnerabilidade social. Elaborado pela SPM-BA em parceria com a Secretaria da Educação, o projeto teve investimentos de 4,5 milhões de reais e promove ações educativas nas escolas com a utilização de material didático específico: as cartilhas 'Saúde Menstrual é um Direito' e 'Menstruação não é só para meninas!'

Os processos formativos incluem professores e estudantes numa abordagem da menstruação sem constrangimento ou tabu, contribuindo para a autoestima, o autocuidado, a saúde menstrual, a qualidade de vida e uma nova cultura comportamental.

"Esse é um momento histórico para a gente. Muitas adolescentes não têm acesso a absorventes e não tínhamos a quem recorrer. Fico muito feliz com esse projeto", disse a estudante do Centro Estadual de Educação Profissional, Tecnologia, Informação e Comunicação, Sarah Nere, durante o lançamento do projeto na sede da SPM.

A SPM Bahia elaborou um folder informativo, em parceria com o UNFPA, para distribuição e utilização em oficinas da campanha Quem ama, abraça – Fazendo Escola, realizada na rede pública estadual. A campanha consiste em rodas de diálogo com estudantes a partir da ótica

de uma educação não sexista, abordando o enfrentamento e a prevenção à violência contra meninas e mulheres.

Privação de liberdade

O Projeto Dignidade Menstrual envolve, ainda, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) que assinou com a SPM Bahia e a SEC um Termo de Cooperação para ações também voltadas às pessoas em privação de liberdade. Na Bahia são duas mil mulheres nessa condição, sendo 107 no Conjunto Penal do Presídio Feminino em Salvador. "A gente tem muitas dúvidas sobre menstruação e essa conversa ajudou a esclarecer", disse Franciele, 24 anos, uma das mulheres que participaram de uma roda de conversa sobre o tema, realizada em março.

Para Rogério, 27 anos, a menstruação sempre foi uma questão difícil de lidar. Ele iniciou a transição de gênero aos 17 anos.



“Minha menstruação sempre foi desregulada. Estou aqui há seis meses e é difícil no período menstrual. Essas conversas devem acontecer mais vezes”, defendeu.

A cada 15 dias, a SEAP entrega um kit higiênico composto por absorvente, sabonete, pasta de dente, escova de dente e barbeador na unidade prisional. A diretora Karina Moutinho diz que diversas instituições também têm ajudado com a doação de absorventes à unidade prisional. **“O conjunto penal feminino é muito mais vulnerável e precisa de um olhar mais sensível. Que mais ações desse tipo sejam realizadas”.**

A assistente social da unidade, Alessandra Teles, fala com otimismo da ação sobre dignidade menstrual. **“A possibilidade em oferecer esclarecimentos sobre questões dos seus corpos é fundamental. Muitas não têm o conhecimento e nem a oportunidade em dialogar sobre isso.”** Ela pontua que as internas tem acesso a todos os tipos de atendimento médico, psicológico e odontológico na unidade.

Debate Público

Na última edição da Feira Literária Internacional de Cachoeira (Flica), em outubro, a SPM promoveu uma roda de diálogo com a participação de jovens da ONG Girl Up, pioneira em pautar o debate sobre o tema no Brasil, buscando apoio

de parlamentares no Congresso Nacional para a elaboração de políticas públicas de combate à pobreza menstrual.

“Essa temática foi enfrentada por meninas. Foram meninas que buscaram os parlamentares, que enfrentaram o tabu, que começaram a falar sobre isso para que toda a sociedade enxergasse o que estava acontecendo, o quanto a pobreza menstrual afeta a vida de uma pessoa”, disse a estudante Carla Yasmin Queiroz, para um público diverso que acompanhava o bate-papo na Flica.

“É uma temática que nos afeta diretamente. A partir do momento que percebemos que nem o poder público e nem a sociedade se preocupavam nos mobilizamos”, disse acompanhada da estudante Maryellen Cruz, também integrante da Girl Up, organização que reúne meninas e jovens de 12 a 22 anos.

A mobilização social resultou na promulgação da Lei 14.214/2021 que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. A legislação determina que estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e em privação de liberdade recebam, de forma gratuita, absorventes para sua higiene pessoal.

O programa teve seis trechos vetados pelo presidente Jair Bolsonaro, mas de-

pois de uma intensa mobilização social o Congresso Nacional derrubou o veto, restaurando os artigos que preveem a distribuição gratuita de absorventes e definem a lista de beneficiadas.

Considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma questão de saúde pública e de direitos humanos, a dignidade menstrual é indispensável para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas que menstruam.



SAÚDE DA MULHER

Oferta de serviços e orientações fortalecem políticas de atenção à saúde da mulher



Foto: Edson Ruiz

Qualificar o atendimento às mulheres por meio de formação continuada em gênero para profissionais de saúde e promover ações como a oferta de serviços e orientações às mulheres são iniciativas que têm marcado a atuação da SPM Bahia na área de saúde da mulher. São ações transversais realizadas em parceria com a Secretaria da Saúde (SESAB) e/ou com a iniciativa privada, contribuindo com políticas de atenção integral à saúde.

Entre as ações, a prevenção e o combate ao câncer de mama, o de maior incidência entre as mulheres, tem merecido especial atenção. Desde a criação da Pasta, as feiras de saúde realizadas pela SPM oferecem serviços diversos às mulheres em condição de maior vulnerabilidade, principalmente acesso à mamografia e posterior encaminhamento nos casos de diagnóstico da doença.



Foto: Marina Alfaya

As feiras de saúde são mobilizações que têm o objetivo de chamar a atenção para o autocuidado e para a saúde de modo geral com orientações, palestras, atividades físicas, mamografia, vacinação, atendimento odontológico e atrações culturais.

Festival Carranca Boat

Em 2022, a mobilização pela saúde da mulher ocorreu durante o Festival Carranca Boat de combate ao câncer de mama e a 1ª Copa Brasil de Dragon Boat, realizadas em 3 de dezembro, no Dique do Tororó,



Feira de Saúde da Mulher no município de Alagoínhas.

Foto: Kledir Costa

como parte da programação dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

O festival reuniu mulheres que resgataram a autoestima e a qualidade de vida por meio da prática da canoagem após o diagnóstico do câncer de mama. Depois de fazer uma apresentação simbólica no Dique, a equipe participou da cerimônia das flores, que simboliza a vitória diante a doença.

“A dificuldade de acesso à saúde é uma das formas de violência contra as mulheres, que vão além dos cinco eixos definidos pela Lei Maria da Penja”, disse a secretária da SPM, Julieta Palmeira, ao ressaltar a importância da atenção integral à saúde da mulher, fundamental também para a elevação da autoestima e, conseqüentemente, para o enfrentamento à violência de gênero.

O Carranca Boat é uma modalidade de canoagem adaptada do Dragon Boat pelo italiano Cesare Decarli, natural de Trento, na Itália. Ao chegar ao município de Paulo Afonso, no sertão baiano, há 14 anos, Cesare decidiu explorar o potencial esportivo do Rio São Francisco com a prática do Dragon Boat. Na localidade, o esporte ganhou o nome de Carranca Boat em homenagem à lenda regional de que a carranca protege as embarcações que navegam pelo Velho Chico.

Realizado pela Federação Baiana de Canoagem, o Festival e a Copa contaram com a parceria da Superintendência de Desportos do Estado da Bahia

(Sudesb), autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego e Esporte (Setre), com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria da Saúde (Sesab) e com patrocínio cultural da Bahiagas.

Giro pela Vida

Antes da pandemia da covid-19, o Instituto Avon promoveu em 2019 o Giro pela Vida, parceria com a SPM e Sesab por meio do Hospital da Mulher e Instituto Couto Maia. Durante dois dias de evento, cerca de 20 mil pessoas passaram pelo Farol da Barra para as atividades culturais, recrea-

tivas e palestras. Foram realizados mil atendimentos, entre mamografia, vacinação, consulta com mastologista, orientação nutricional e de prevenção à violência. Técnicas da SPM atenderam 12 casos de mulheres em situação de violência doméstica e um deles de violência sexual.

Além de serviços de saúde e orientação, a capacitação profissional proporcionada pelo projeto Respeita as Mina na Saúde é considerada fundamental para um atendimento mais humanizado nas unidades de saúde da rede pública. Já passaram pelo projeto, profissionais das Maternidades Tsyla Balbino e do Iperba, além do Hospital da Mulher (ver reportagem sobre capacitações).



Foto: Holanda Cavalcanti



A CIÊNCIA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO

MULHERES NAS CIÊNCIAS

Respeita a nossa história, respeita a nossa ciência!

Por Katemari Rosa

Doutora em Science Education pela Columbia University, professora do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora-membro da Sociedade Brasileira de Física

Quando o assunto é mulheres nas ciências, particularmente nas chamadas ciências naturais e exatas, é comum invocarmos a questão da imagem de cientistas, que é quando falamos sobre como crianças e pessoas adultas tendem a pensar em cientistas como sendo homens brancos, idosos, com cabelos desgrenhados, vestimenta desleixada e até pouca habilidade social. Os programas de televisão da cultura popular ajudam a reforçar essa imagem. Eventualmente, quando trazem personagens de mulheres como cientistas, elas costumam ter vestimentas fora da moda, usar óculos e penteados que não são lidos como “descolados”. Eu sou cientista.

Sou uma mulher preta, com uma preocupação de moda para a sustentabilidade ambiental e de perspectiva africana, e que utilizo uma variedade de penteados, tranças e acessórios para cabelos que só as mulheres negras têm. Eu não estou no imaginário popular de cientista.

Este é um texto sobre mim. Mas não é sobre mim numa perspectiva de individualidade, de exemplo ou de espelho para o mundo. É sobre mim enquanto reflexo da luta de muitas que vieram antes de mim, do resultado de esforços coletivos e de políticas públicas. Este é também um esforço de enfrentar as tentativas de apagamento de mulheres negras nas ciências e fornecer elementos para pensarmos interseccionalmente sobre quem conta como mulher.

Quero começar falando sobre o ano de 2013, ele foi um marco na ciência brasileira em relação às discussões e ações para mulheres nas ciências. Nesse ano, foi lançada a chamada pública **“Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias Computação”**. Hoje, em 2022, eu posso dizer que esse edital promoveu uma revolução. Na época, eu era professora do curso de Física da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba. Uma instituição de excelência acadêmica e destaque na produção de conhecimento em tecnologia e engenharia, que atrai profissionais de todo o Brasil e do exterior. Entretanto, eram pouquíssimas as

“Sou uma mulher preta, com uma preocupação de moda para a sustentabilidade ambiental e de perspectiva africana, e que utilizo uma variedade de penteados, tranças e acessórios para cabelos que só as mulheres negras têm. Eu não estou no imaginário popular de cientista. Este é um texto sobre mim. Mas não é sobre mim numa perspectiva de individualidade, de exemplo ou de espelho para o mundo. É sobre mim enquanto reflexo da luta de muitas que vieram antes de mim, do resultado de esforços coletivos e de políticas públicas. Este é também um esforço de enfrentar as tentativas de apagamento de mulheres negras nas ciências e fornecer elementos para pensarmos interseccionalmente sobre quem conta como mulher”.

Katemari Rosa

professoras nos cursos de Física e de Engenharia. Eu era a única professora negra nesses cursos.

A chamada conclamava docentes a submeterem projetos cujo público de interesse fosse de meninas e jovens mulheres. Além disso, bolsistas do projeto teriam que ser, necessariamente, as estudantes dos cursos. Os projetos poderiam ser liderados por homens. Esse desenho foi pensado justamente pela sabida ausência de mulheres nessas áreas. Embora as mulheres sejam maioria na população e nas universidades, somos poucas nas áreas de ciências exatas, engenharias e tecnologias.

No edital, liderei um projeto envolvendo estudantes de ensino médio de escola pública do interior da Paraíba, promovendo oportunidades de contato com a física, desenvolvendo experimentos e resolvendo problemas em laboratório. As atividades eram restritas para as meninas. Na época, lembro de ser questionada muitas vezes sobre por que fazer atividades só para meninas, afinal, os meninos também precisam aprender

ciências, eles também são pouco atraídos para a física. É verdade, mas as meninas, são ainda mais!

Além disso, em ambientes apenas com meninas e atividades focadas para elas, podem contribuir para que desenvolvam um sentimento de que são capazes, de se apoiarem umas às outras, de familiaridade com instrumentos de laboratórios que são próprios da atividade científica e que, na presença de meninos, geralmente, mesmo que de forma sutil, elas acabam sendo barradas de manipular. Nesse espaço, também, as meninas se sentem à vontade para discutir questões só delas, só nossas. É um tipo de espaço que precisamos no ambiente das ciências e que não temos. De modo geral, porque estamos isoladas, somos as únicas em nossos laboratórios e departamentos. Esse tem sido um espaço de homens.

Também participei deste edital em colaboração com diversos projetos pelo país, particularmente por minha formação em Física, Educação Científica e Estudos de Gênero. Testemunhei a evolução de pes-



quisadoras e pesquisadores que nunca tinham trabalhado com questões de gênero aprofundarem seus conhecimentos, incorporarem as discussões sobre mulheres nas ciências em seus trabalhos e, em certa medida, mudarem suas práticas científicas. Por isso eu repito, esse edital de 2013 foi revolucionário, tendo sido fruto de políticas públicas e de anos de movimentos sociais, particularmente, do movimento de mulheres. Os recursos desta chamada pública foram disponibilizados pela Petrobras (R\$ 5 milhões), da então Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM-PR (R\$ 5 milhões) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI (R\$ 1 milhão), através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Se, hoje, vemos tantas iniciativas na academia (e fora dela!) sobre mulheres nas ciências, devemos muito a essa primeira chamada, com importante financiamento da SPM-PR.

Há várias formas de pensarmos os movimentos de mulheres ao longo da história, uma delas é através das chamadas ondas do feminismo e isso tem implicações para as análises sobre mulheres nas ciências. Nessa perspectiva, um feminismo de primeira onda se caracterizou pelo foco nas lutas pelo direito ao voto e ao trabalho remunera-

do. Na ciência, isso se traduz em iniciativas que buscam trazer mulheres brancas para a ciência, inserção, representatividade. A segunda onda teve foco no questionamento da essencialidade de ser mulher, introduzindo a questão de gênero no feminismo. Uma implicação disso nas ciências é o questionamento do próprio conhecimento científico e suas bases; esse movimento desafia a epistemologia científica forçando o reconhecimento de outras possibilidades de se produzir conhecimento, que levem em consideração perspectivas de mulheres. Já a terceira onda se caracterizou pela ampliação da luta feminista para incluir as interseções de gênero, raça, etnia, idade, classe e outros construtos sociais que podem manter relações de opressão entre as pessoas. A influência disso nas ciências é, por exemplo, um debate sobre a necessidade de inserção de mulheres negras na área e de como as experiências dessas mulheres é distinta daquelas de mulheres não-negras e de homens. A quarta onda é entendida como o momento atual, caracterizado pelas mudanças sociais provocadas pela tecnologia da informação, especialmente a mobilização via meios de comunicação digitais. Movimentos como #ILookLikeAnEngineer e #MeuProfessorDisse são reflexos de movimentações através de plataformas digitais, denunciando sexismo. No primeiro

caso, são mulheres negras, em regiões diversas do mundo, expondo o racismo nas engenharias e, na segunda hashtag, estudantes brasileiras mostrando os abusos que escutam de seus professores.

Enquanto as discussões sobre “mulheres” nas ciências têm avançado, ainda são lentos os questionamentos sobre essa “mulher” universal que, de modo geral, representa as mulheres brancas, de zona urbana, classe média, cisgênero, sem deficiência, heterossexuais. Eu sigo não existindo em possíveis imagens mais progressistas de cientistas.

Antes de terminar, quero lembrar que são as mulheres indígenas, primeiras habitantes desse território, as primeiras desenvolvedoras de conhecimentos científicos brasileiros. Não se esqueçam que somos nós, mulheres negras, as primeiras habitantes deste planeta. As mulheres que tanto tentam apagar, são as pioneiras, são criativas, inteligentes, cientistas, capazes de produzir um conhecimento sustentável, inclusivo e socialmente relevante. Por isso este texto é sobre mim, porque eu sou a continuação do que elas foram e semente de muitas que ainda estão por vir. Respeita a nossa história e, sobretudo, respeita a nossa ciência.

Ações integradas incentivam participação das mulheres nas ciências



Foto: Marina Alfaya

O incentivo à participação das mulheres nas ciências e tecnologia é uma meta do Governo da Bahia prevista no Planejamento Plurianual (PPA). As iniciativas nesse sentido têm sido viabilizadas por meio de parcerias entre a SPM e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesb) e, mais recentemente, a Secretaria da Educação (SEC) e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

De acordo com a UNESCO estima-se que apenas 30% dos cientistas do mundo sejam mulheres. No Brasil, as mulheres pesquisadoras representam 40,3% do total. Com o objetivo de impulsionar e difundir a Ciência entre as meninas e jovens, as secretarias estaduais da Educação (SEC), e de Políticas para as Mulheres (SPM) assinaram um termo de cooperação com a Organização para implementação do projeto Streaming

2023. O objetivo é estimular a participação das meninas nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

Durante a solenidade de assinatura, na abertura oficial da Feira Literária Internacional de Cachoeira (Flica), em outubro, a oficial de programa do setor de Educação da UNESCO no Brasil, Mariana Braga, destacou o pioneirismo do estado. **"A Bahia é um Estado precursor no tema e a gente já vem trabalhando este incentivo de meninas das olimpíadas de Física, Astrofísica, Ciência e Matemática, o que é muito importante. A UNESCO está associada a um Estado que já faz um brilhante trabalho para que a gente possa incentivar mais estudantes e professores nesta temática"**, disse.

O acordo vai contribuir para consolidar o Projeto Meninas Baianas na Ciência, realizado pela SEC em parceria com a

Fiocruz por meio do Programa Ciência na Escola. A iniciativa consiste em oficinas de ciências para professores e estudantes das escolas da rede pública estadual buscando incentivar, fortalecer e divulgar o papel das mulheres nas ciências.

Outras iniciativas

Entre os exemplos de iniciativas à participação das mulheres nas ciências destaca-se o Edital Inventiva, lançado pela Secti/Fapesb em parceria com a SPM. O edital selecionou projetos com ideias inovadoras de mulheres, estimulando o empreendedorismo feminino na ciência e tecnologia.

Outro exemplo é o Programa Empoderadas, que promoveu a qualificação de mulheres, por meio de cinco mil bolsas gratuitas, em cursos vinculados à área de tecnologia e mentoria de carreira



para mulheres na Bahia. Realizado pela Secti em parceria com a SPM e as secretarias de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Educação (SEC) e da startup Womakers Code, o programa visa inspirar e incentivar meninas e mulheres nas carreiras da área de tecnologia e inovação.

Bahia pela diversidade

A parceria da SPM com a Secti/Fapesb rendeu frutos como o prêmio Bahia pela Diversidade – Mulheres nas Ciências, em 2017, quando foram premiadas duas pesquisadoras de destaque e quatro jovens pesquisadoras nas áreas das Ciências Exatas, da Terra, Engenharias e Biológicas. As vencedoras foram escolhidas por meio de consulta pública, realizada no site da Fapesb e contempladas com prêmios de 15 mil e cinco mil reais.

Bahia Hackathon

Em parceria com o Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Secti, a Operação Ronda Maria da Penha e a Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Prodeb), a SPM promoveu, em 2017, outra iniciativa de incentivo à participação das mulheres nas ciências: os Desafios Bahia Hackathon Respeita as Mina.

O evento reuniu hackers, programadores e inventores com o objetivo de desenvolver soluções tecnológicas para o fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e fortalecimento da rede de atenção à mulher em situação de violência. Ao longo de 33 horas ininterruptas, as equipes trabalharam em busca de inovação tecnológica que pudesse contribuir para a redução dos índices de violência contra as mulheres.

Os grupos apresentaram projetos nas modalidades web e aplicativos de celu-

lar. A equipe vencedora criou um projeto para beneficiar mulheres assistidas pela Ronda Maria da Penha.

Criamos um tipo de diário digital para que a Polícia Militar possa acompanhar o dia a dia das vítimas e, mesmo sem estar presencialmente, em determinados momentos, vai poder se comunicar com ela. Além disso, o sistema contabiliza ocorrências e gera relatórios que vão poder ser avaliados”, explicou Ana Caroline Cerqueira, integrante da equipe e na época estudante de Ciência da Computação da UFBA.





PANDEMIA



PANDEMIA

O impacto da pandemia de covid-19 na vida das mulheres

Por Ana Georgina Dias

Economista, supervisora técnica regional do DIEESE

E A participação das mulheres na sociedade é marcada por profundas desigualdades. Seja no mercado de trabalho, na vida política e social, as mulheres se inserem em desvantagem em relação aos homens. A divisão sexual do trabalho relega às mulheres uma posição hierarquicamente inferior, uma vez que lhes atribui, como sendo algo natural, apenas as atividades relacionadas ao cuidado.

A ideia de que aos homens deveriam ser reservadas as atividades “produtivas” e, portanto, remuneradas e valorizadas socialmente, tem sido historicamente um entrave à emancipação feminina.

Deste modo, períodos de crise tendem a ser muito mais impactantes para as mulheres do que para os homens. Não tem sido diferente no caso da crise sanitária desencadeada pela pandemia de Covid-19. Diga-se de passagem, que a crise pandêmica se sobrepôs à crise econômica que já se abatia sobre o país.

As mulheres historicamente ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho e têm sido fortemente atingidas por uma conjuntura extremamente adversa em vários campos nos últimos anos. Antes mesmo da pandemia de Covid-19, as mulheres já registravam taxas de desocupação e participação na força de trabalho bastante ruins e, mesmo com o avanço da vacinação, que permitiu gradualmente a retomada das atividades econômicas, esses índices não apresentaram melhora.

As mulheres mesmo sendo a maioria da população e das pessoas em idade para trabalhar (pessoas com 14 anos ou mais), 51,7% e 52%, no Brasil e na Bahia, respectivamente, no 3º trimestre de 2022, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), realizada pelo IBGE, estão em menor proporção na força de trabalho, isto é, entre as pessoas na condição de ocupadas e desocupadas, 44% no Brasil e 43,7% na Bahia eram mulheres. Nos momentos mais críngidos



“(...) períodos de crise tendem a ser muito mais impactantes para as mulheres do que para os homens. Não tem sido diferente no caso da crise sanitária desencadeada pela pandemia de Covid-19. Diga-se de passagem, que a crise pandêmica se sobrepôs à crise econômica que já se abatia sobre o país.

Ana Georgina

da pandemia a participação feminina na força de trabalho foi ainda menor, atingindo 42,4% no 3º trimestre de 2020 e 43,6% no 3º trimestre de 2021, no Brasil.

Embora participem menos da força de trabalho, as mulheres possuem recorrentemente taxas de desocupação maiores e mesmo antes da pandemia já registravam taxas de desemprego bastante elevadas. No 3º trimestre de 2019, a taxa de desocupação para as mulheres foi de 14,3% no Brasil e 20,2% na Bahia, contra taxas de 10% no Brasil e 14,3% na Bahia, para os homens. No auge do período mais duro da pandemia, 3º trimestre de 2020, a taxa de desocupação feminina atingiu 17,5% no Brasil, enquanto a masculina chegou a 12,9%.

As mulheres foram as primeiras a perder os empregos e têm tido muito mais dificuldade para recuperá-los. A preca-

rização, que é uma tônica da inserção feminina no mercado de trabalho, fez com que um grande número de mulheres ocupadas, sobretudo em postos mais vulneráveis, perdesse trabalho. No 3º trimestre de 2019 havia 40,7 milhões de mulheres ocupadas no Brasil. No 3º trimestre de 2020 este contingente caiu para 34,9 milhões de mulheres.

Ou seja, muitas mulheres deixaram de buscar trabalho nos momentos mais críticos da crise sanitária. Isso porque muitas tiveram suas atividades fortemente atingidas pelas medidas de isolamento social (ambulantes, professoras, trabalhadoras domésticas, comerciárias, etc.) e outras devido à necessidade de cuidar de outras pessoas da família, especialmente idosos e crianças, não podendo contar com apoio de outrem. Assim, tais fatores impactaram na redução do contingente feminino na força de trabalho. Ao observar a taxa de participação, no terceiro trimestre de 2019, a taxa de participação feminina na força de trabalho do Brasil representava 54,6%. No mesmo período de 2022, atingiu 53,4%. Na Bahia, a situação é ainda mais delicada, uma vez que no 3º trimestre de 2019 a taxa de participação feminina era de pouco mais de 50% (50,5%) e caiu para menos de 50% (48,5%) no 3º trimestre de 2022.

Considerando as ocupações, as trabalhadoras domésticas foram duramente afetadas pela crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, tanto pela contaminação e morte, como também do ponto de vista econômico. No 3º trimestre de 2019, havia um contingente de 6,2 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil e 405 mil na Bahia. No 3º trimestre de 2020, no ápice da pandemia e das medidas de isolamento social, esse contingente reduziu para 4,5 milhões no Brasil e 254 mil na Bahia. Mesmo mais recentemente, no 3º trimestre de 2022, o contingente dessas trabalhadoras permanece abaixo do que foi registrado no período pré-pandemia: 5,9 milhões no Brasil e 383 mil na Bahia. Outro ponto bastante importante a ser destacado foi a perda de liberdade e a exclusão do convívio familiar. Aos quais, várias trabalhadoras domésticas foram submetidas para não perderem seus empregos, uma vez que muitos patrões não permitiam a folga e a ida a suas residências.

Mesmo as mulheres que possuíam uma inserção menos precária no mercado de trabalho e que puderam permanecer em regime de home office também foram muito impactadas pela pandemia de coronavírus. As jornadas intensas de trabalho



combinadas com o serviço doméstico e o cuidado com outros membros da família, num cenário de incerteza e medo, impactaram fortemente a saúde física e mental das mulheres. Com o fechamento das escolas e creches, também significou uma sobrecarga a mais para grande parte da população feminina.

A perda do trabalho e da renda e, consequentemente o aumento da pobreza,

também foi um fator que impactou mais fortemente as mulheres, especialmente quando levamos em consideração que mais de 45% dos domicílios são chefiados por elas. Entre as mulheres negras, chefes de família, sem cônjuge e com filhos, no ápice da crise sanitária, 68% estavam abaixo da linha da pobreza. Entre as mulheres não negras na mesma condição, o percentual era de 39%.

Deste modo, podemos perceber que quando fazemos um recorte racial, as mulheres negras foram e têm sido ainda mais afetadas pela crise sanitária. Até porque, embora a precarização do mercado de trabalho atinja a maioria das mulheres, sem dúvida, a maior parte das mulheres em situação de desproteção e precarização são negras. Um exemplo disso é o próprio trabalho doméstico, em que 65% das ocupadas são negras.

Sendo assim, embora os impactos da pandemia de Covid-19 tenham alcançado toda a sociedade é inegável que seus efeitos sobre as mulheres foram muito mais avassaladores. Evidenciando ainda mais a desigualdade de gênero, inclusive, no mercado de trabalho.

¹Entre o 3º trimestre de 2020 e o 2º trimestre de 2022 foram divulgados indicadores da PnadC, referente ao mercado de trabalho apenas para o Brasil. Por isso, não serão mencionados os dados da Bahia em alguns momentos no texto.



Novos serviços e ações para as mulheres em situação de violência



A pandemia da covid-19 exigiu esforços concentrados no desenvolvimento de ações para fazer frente à diminuição de acesso aos serviços de atendimento e a maior vulnerabilidade social das mulheres. Ações transversais como o lançamento do Zap Respeita as Mina, o SAC Mulher Digital, o SINE Bahia Mulher, a Rede Mulher Solidária e o Portal Compre das Mina são algumas das iniciativas lideradas pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM-BA) ao longo dos últimos dois anos.

Em estudo divulgado pelo Banco Mundial, as opções de chat e whatsapp para denúncia de violência contra a mulher são apontadas como alternativas para ajudar a diminuir os riscos de as mulheres serem ouvidas por seus agressores ao tentarem fazer uma denúncia por telefone. Com o objetivo de apresentar uma alternativa, a SPM lançou o Zap Respeita as Mina, ainda no primeiro ano da pandemia, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP)

O Zap Respeita as Mina é um software programado que utiliza inteligência artificial para gerar respostas referentes à violência doméstica e familiar. A ferra-

menta permite também o acesso por mensagem a atendentes contratadas e treinadas pela SPM, em contato direto com o serviço 190 da Polícia Militar, para os casos de emergência. É uma ferramenta de fácil acesso e já foi utilizada desde crianças a idosos, conforme relata a atendente Taís Jericó.

“Nós temos a oportunidade de visualizar, de materializar a execução de uma política pública. Nós já recebemos mensagens de avós, solicitando socorro para situações que estão fugindo do controle da realidade da vida da família até crianças que entram em contato informando que suas mães estão em situação de perigo. É um serviço efetivo que nos dá condição de prestar um auxílio de maneira imediata”, disse.

Ao acessar o Zap por meio do número (71) 3117-2815, as usuárias podem pedir ajuda, enviando mensagem, ou optar por obter orientações acerca dos órgãos que compõem a rede de atenção à mulher em situação de violência, as atribuições de cada um deles ou pode optar em saber como fazer uma denúncia, os vários canais disponíveis; como obter

uma medida protetiva de urgência; o que fazer em caso de violência sexual, entre outras informações.

Assim que acessar o sistema, a pessoa deverá clicar no link que aparecerá de imediato. Outra opção é acessar o site www.mulheres.ba.gov.br e clicar no ícone Zap Respeita as Mina.

Em pouco mais de dois anos de funcionamento, o Zap recebeu mais de sete mil acessos, 77% por cento de Salvador e 23% do interior. Pouco a pouco a ferramenta se torna mais conhecida no interior do estado. Os acessos ocorrem principalmente nos fins de semana, quando há um aumento expressivo das interações para informações ou denúncia.

Delegacia Virtual

Além do Zap Respeita as Mina, as mulheres em situação de violência doméstica e familiar passaram a poder solicitar medida protetiva e registrar crimes na Delegacia Digital da Polícia Civil desde agosto de 2021. Depois de mais de um ano de negociação com a SSP se tornou possível registrar todos os tipos de violência



previstos na Lei Maria da Penha. O registro pode ser feito por meio do site <https://bit.ly/3uL8ZK6>.

Após o acesso à delegacia virtual aparecerá uma página com as instruções. Em seguida, a pessoa deve colocar os dados pessoais e relatar o caso em detalhe. Nos crimes envolvendo violência física ou sexual, que necessitam de exames periciais, a unidade virtual enviará a guia para exame, através do e-mail cadastrado pelo internauta. Com o documento impresso, a pessoa se dirige até o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e realiza o procedimento de corpo de delito.

Depois de prestar a queixa virtual, a pessoa deverá ficar atenta à sua caixa de e-mail, por onde receberá o Boletim de Ocorrência e, posteriormente, as instruções dos delegados e investigadores responsáveis pela apuração do caso. Mais informações, documentos, fotos e vídeos poderão ser requisitados.

Programa Acolhe

Ainda na área de enfrentamento à violência, o Programa Acolhe oferece atendimento temporário e acompanhamento social, psicológico e jurídico para mulheres em situação de violência. Idealizado no início da pandemia de

covid-19 pelo Instituto Avon e Rede Accor, com apoio técnico do Instituto para Desenvolvimento Sustentável (INDES), o Programa atende a mulher e até três acompanhantes em um hotel da rede Accor por até 15 dias.

O Programa contribui para o fortalecimento da rede de proteção com a oferta de vagas e hospedagem em hotéis às mulheres e seus/suas filhos/as, em comprovada necessidade de acolhimento em decorrência de situação de violência doméstica e familiar. Os municípios contemplados na Bahia são:

Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Vitória da Conquista, Simões Filho e Lauro de Freitas.

O Instituto Avon e a SPM assinaram um Termo de Cooperação, em fevereiro de 2022, para a Secretaria monitorar o programa na Bahia. Cabe a SPM elaborar um relatório técnico, monitoramento e avaliação bimestral. Os critérios para acolhimento das mulheres constam de um plano de trabalho elaborado pela SPM e aprovado pelas instituições partícipes.



REDE MULHER SOLIDÁRIA

União de esforços para minimizar impacto da crise sanitária na vida de mulheres em vulnerabilidade social

“Moro de aluguel, não tenho condição de me manter, estou desempregada porque estou na domiciliar. Essa iniciativa é muito relevante, ajuda a matar a minha fome, a fome dos meus filhos”. O depoimento é de uma mãe de dois filhos, de 6 e 12 anos, em prisão domiciliar, ao ser contemplada com cestas básicas distribuídas pela Rede Mulher Solidária no período mais crítico da pandemia de covid-19. Assistida pelo Projeto 1+1 é mais que 2, a jovem não estava incluída entre as beneficiárias do auxílio emergencial pago pelo Governo Federal.

As dificuldades da jovem mãe foram agravadas durante a pandemia, que atingiu principalmente as mulheres monoparentais, que são as que criam seus filhos e filhas sozinhas. Com o propósito de minimizar o impacto da crise sanitária na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade social, a SPM coordenou a criação da Rede Mulher Solidária, em 2020, reunindo representantes de instituições e da iniciativa privada em ações em favor da dignidade humana.

Nos períodos mais críticos da pandemia, a Rede Mulher distribuiu mais de 230 toneladas de alimentos, absorventes e kits de produtos de higiene para coletivos, associações de mulheres, mulheres em privação de liberdade e organismos de políticas para as mulheres, em parceria com a Avon, Goethe-Institut Salvador, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Braskem, Embasa e Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM).

A Avon doou para o Governo do Estado da Bahia mais de 200 mil sabonetes distribuídos pela SPM-BA (SPM-BA) para os grupos de mulheres e também parturientes de maternidades públicas, além de pacientes do Hospital da Mulher, uma das primeiras instituições a receber os produtos. Foram doados quase dez mil sabonetes para distribuição entre pacientes vulneráveis atendidas na unidade



Cestas básicas

Um dos primeiros parceiros a aderir à rede, o Goethe-Institut Salvador doou 1.700 cestas diferenciadas, com cinco quilos ou unidades de cada um dos itens para uma família de quatro pessoas ter o mínimo para sobreviver durante 30 dias. Os recursos foram viabilizados junto ao governo alemão pela UNIDAS – Rede de Mulheres entre a América Latina, o Caribe e a Alemanha, fruto de uma ação conjunta do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e o Goethe-Institut.

A Consul da Alemanha, Petra Schaeber, lembrou que o ministro das Relações Exteriores do seu país, Heiko Maas, ficou impressionado com a força das mulheres e da cultura baiana quando visitou Salvador. “Foi uma visita breve, mas impressionou de tal ponto que a gente conseguiu junto com o Goethe-Institut esse apoio para as mulheres que mais necessitam nesse momento, que são as mulheres em vulnerabilidade e as mulheres da cultura”, afirmou.

“Nesse momento difícil que estamos vivendo, ser solidário é de extrema importância. Eu como uma mulher da cultura, do reggae, uma música revolucionária, deixo aqui meu agradecimento sincero”, disse Jussara Santana, integrante da Associação Asprial do Reggae, que recebeu 25 cestas. Outras instituições contempladas foram a Associação Civil e Beneficente Boiadeiro, do Terreiro Ile Axé Omin J’Oba, e o Movimento das Sete Mulheres.

As mulheres beneficiadas responderam a um formulário com perguntas sobre escolaridade, estado civil, número de filhos, renda mensal, além de questões acerca da violência doméstica e familiar. O formulário foi elaborado em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que apoia a Rede.

“Nós perguntamos, por exemplo, se a mulher já sofreu algum tipo de violência doméstica e se buscou a rede de enfrentamento. O documento vai nos proporcionar um banco de da-

dos de mulheres chefas de família monoparentais, em situação de vulnerabilidade, que poderá embasar futuras ações com esse público”, disse Isis Macagnan, coordenadora de Articulação Institucional de Ações Temáticas (CAIAT) da SPM.

Outro parceiro, a Braskem, doou 280 kits com alimentos e itens de higiene e limpeza para instituições atendidas pela Rede. Cada kit Mulher Solidária contava com gêneros alimentícios (açúcar, feijão, arroz, macarrão, leite em pó, café, flocão de milho, farinha, molho de tomate e óleo) e itens de higiene e limpeza (sabonete, álcool em gel, água sanitária, papel higiênico, creme dental, sabão em pó, embalagens para kit de limpeza).

As chefas de famílias monoparentais representam grande parte do contingente de trabalhadoras informais, que ficaram ainda mais vulneráveis no período da pandemia. Em Salvador e Região Metropolitana são 38 mil famílias monoparentais em situação de extrema pobreza, segundo estudo realizado em 2018 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em parceria com a SPM-BA.

A Rede Mulher Solidária representou a união de esforços e o empenho de governos e sociedade para minimizar o impacto na vida das mulheres. Coordenada pela SPM, a rede foi formada por representantes do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/Bahia), Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e Fecomércio por meio da Câmara da Mulher Empresária, e contou com o apoio do UNFPA, Corpo de Bombeiros e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).



SAC MULHER DIGITAL E COMPRE DAS MINA

Serviços no ambiente virtual são alternativa para as mulheres

Com a pandemia da covid-19, o ambiente virtual passou a ser uma alternativa para facilitar o acesso a serviços diversos. Incorporado à plataforma de serviços online do Estado – o SAC Digital – o SAC Mulher Digital surgiu como um espaço com opções de atendimento específico às mulheres. A ferramenta pode ser acessada pelo endereço www.sacidigital.ba.gov.br na internet e utilizada no campo de busca o termo “SAC Mulher”, tudo junto, ou basta baixar o aplicativo SAC Digital para Android e iOS.

Por meio do SAC Mulher Digital é possível acessar serviços de apoio na área de enfrentamento à violência doméstica e familiar como o Zap Respeita as Mina, a Delegacia Digital da Polícia Civil, que desde 2020 permite o registro de queixas de crimes previstos na Lei Maria da Penha. É possível agendar atendimento online de apoio jurídico oferecido pela Defensoria Pública (DPE-BA), consultar vagas de emprego, solicitar seguro-desemprego, entre outros serviços oferecidos pela Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (SETRE).

O SAC Mulher aplica o mesmo conceito do SAC físico, só que os serviços disponíveis estão no ambiente virtual. Antes da crise sanitária, a plataforma SAC Digital tinha 423 mil inscritos. Em março de 2021 já eram 2,8 milhões de pessoas que acessavam a plataforma. O SAC Mulher resulta de parceria entre a SPM e a Secretaria da Administração (SAEB) com apoio da Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Prodeb).

Compre das Mina

Outra iniciativa no ambiente virtual é o catálogo Compre das Mina, lançado pela SPM com o objetivo de apoiar o empreendedorismo feminino e a inclusão produtiva de mulheres chefes de família ao dar visibilidade aos pequenos negócios inscritos no portal. Para cadastrar um negócio basta acessar www.compre-dasmina.com.br.



O Compre das Mina é um catálogo digital de serviços e produtos com informações para fomentar os empreendimentos individuais e coletivos e conta com geolocalização permitindo a(o) consumidora (or) adquirir produtos e serviços de empreendedores do seu bairro, da sua cidade, estimulando também as compras sensíveis a gênero.]

“O meio digital consegue ultrapassar a barreira geográfica e, assim, incentivar e conhecer empreendidos femininos sem sair de casa”, disse Karine Oliveira, fundadora da Wakanda Educação Empreendedora. No lançamento do catálogo, em 2021, Karine deu uma palestra sobre como impulsionar as vendas no meio digital.



“Uma das coisas importantes que a gente teve que aprender à força, embora seja um conhecimento também ancestral, é que a gente enquanto mulher precisa se entender em rede, trabalhar em rede. Aproveitem que dentro do portal vocês vão poder conhecer outras mulheres que trabalham na mesma área que vocês. Elas não são suas concorrentes, são suas complementares”, ensinou.

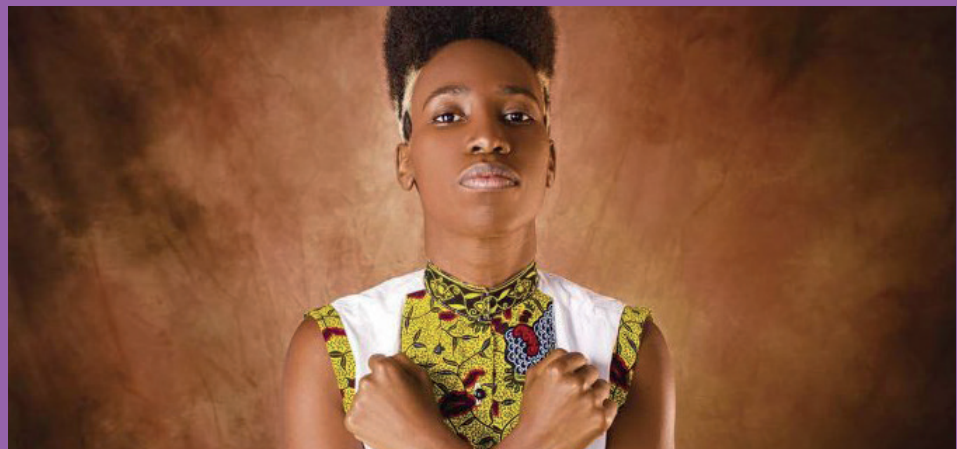
Escolhida pela Forbes Under 30, em 2021, como uma das mentes brilhantes entre jovens abaixo dos 30 anos, Karine obteve visibilidade nacional ao lançar sua start up, trabalhando conteúdos técnicos de maneira acessível e adaptada à linguagem das baianas.

COMPRE DAS MINA

**FAÇA SEU
CADASTRO!**



compredasmina.ba.gov.br



Karine Oliveira, palestrante no lançamento do catálogo Compre das Mina

DIREITOS DA MULHER

CDDM promove reunião ampliada e lança guia para criação de conselhos municipais de mulheres

Com o objetivo de contribuir para a implantação e fortalecimento de conselhos municipais e discutir a conjuntura nacional e estadual, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres (CDDM) realizou a 23ª Reunião Ampliada, no auditório do Hotel Portobello, em Ondina, em dezembro de 2022. Mais de 70 representantes participaram da reunião debatendo as perspectivas de políticas públicas para as mulheres a partir de 2023.

Durante a reunião foram apresentados os principais projetos implementados pela SPM nos últimos anos e as dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, que exigiu ações específicas adotadas para tentar minimizar o impacto da crise sanitária na vida das mulheres. A chefe de gabinete da SPM ressaltou a importância da mobilização do movimento de mulheres para a garantia de direitos e desenvolvimento de políticas públicas.

“A criação da SPM só foi de fato constituída por uma iniciativa governamental por que o movimento feminista, o movimento de mulheres pautou isso e defendeu”, disse a chefe de gabinete, Daniele Costa.

A vice-presidente do CDDM, Maíse Zucco, destacou a importância da reunião ampliada para o debate sobre as políticas de gênero no contexto atual de posse de um novo governo, especialmente no âmbito federal, depois de um período de retração das políticas em favor das mulheres.

“Ano que vem tem novo governo, a gente tem mudanças políticas. Vamos ter que nos adaptar a tudo isso, a essas transições, mas o fato é que a gente vem com certa esperança para as nossas pautas e eu acho que essa articulação mais ampliada dá um folego para 2023”, afirmou.

Após as palestras e discussões houve o lançamento do Guia de Orientação para a criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres. O propó-



sito é estimular a criação de conselhos e pluralizar ainda mais a representação no conselho estadual.

O CDDM é um órgão colegiado, de caráter consultivo, que tem como finalidade estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação às mulheres, garantindo condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado.

O órgão é composto por 23 conselheiras (titulares e suplentes) da sociedade civil e 13 conselheiras (titulares e suplentes) do poder público. As conselheiras eleitas da sociedade civil fazem parte de redes de articulações feministas, de defesa dos direitos das mulheres, de organizações de caráter sindical, associativo, profissional ou de classe na Bahia. A atual composição eleita em 2020 tem mandato até 2024.



SEJA ATIVISTA NAS RUAS E NAS REDES



SPMBAHIA



CDDM.BAHIA/



SPMBAHIA



MULHERES.GOVBA



PHOTOS/SPMBA



COMPREDASMINA.BA.GOV.BR

Principais ações e marcos da política pública para as mulheres na Bahia



2011

Criação da SPM em 04 de maio de 2011 por meio da Lei nº 12.212 com a estruturação da pasta, formação da equipe, elaboração dos primeiros projetos e apoio na formalização e elaboração do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM).

Realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres com as conferências preparatórias municipais e territoriais, reunindo 15 mil participantes

de 215 municípios. A Conferência resultou em compromissos para a construção do III Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

Edital de Seleção de Projetos – Novos Poderes para apoio a projetos com foco na promoção da autonomia financeira, econômica e inclusão produtiva de mulheres.

Realização do Seminário “A importância da mulher rural para a construção de uma sociedade sustentável”.

Ações 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

Lançamento do projeto Quem ama, abraça

2012

Lançamento do primeiro Edital Março Mulheres

Eleição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM)

Lançamento da primeira campanha de sensibilização com os seguintes slogans: “Eu assumo essa ideia: homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”; “Até as maiores guerreiras precisam de proteção. Denuncie a violência contra a mulher indígena”; “Não esconda. Denuncie” e “Em toda mulher exista uma guerreira que luta pelos seus direitos”.

Lançamento do Edital “Aja, reaja, comprometa-se – Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”.

Criação do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, formado por seis secretarias (SPM, SEPLAN, SEDES, SESAB, SEPRMI, SEAP e SSP). O GT elaborou um Plano de Ação com alternativas para uma atuação mais efetiva dos equipamentos que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Realização do seminário “Mulheres em privação de liberdade”

Instalação da Câmara Técnica do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres para coordenar a execução da ação, monitorar o cumprimento das metas, elaborar estratégias e avaliar resultados.

Assinatura de convênio federal com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres para aquisição de sete casas de farinha móveis.

Assinatura de Convênio Federal para execução do Projeto Margaridas, que objetivava a promoção da cidadania, autonomia econômica e social, além da prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência às mulheres do campo.

Execução do Programa Mulheres Mil, viabilizado por meio de um termo de cooperação técnica assinado conjuntamente com o Instituto Federal de Educação.

Assinatura de convênios federais com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

(SNPM) para ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, incluindo a instalação de um CRAM em Santa Maria da Vitória.

Assinatura de convênio federal também com a SNPM para execução do Projeto Novos Olhares, Novos Tempos com o objetivo de fortalecer e ampliar os organismos de políticas públicas para as mulheres nos 27 territórios de identidade da Bahia.

Assinatura de convênio federal do Projeto Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres na Bahia

2013

Lançamento da Campanha “Respeito à Mulher. Entre neste bloco”.

Realização da Praça de Serviço para as Mulheres, no bairro de Fazenda Coutos, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Lançamento do Edital de Seleção de Projetos “Seguindo em frente” voltado para ações de infraestrutura, aquisição de equipamentos e capacitação técnica de CRAMs e Núcleos de Atendimento à Mulher (NAMs)

Conferência Temática de Mulheres, evento preparatório da 2ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Adesão ao Programa Mulher Viver sem Violência

Implementação do Projeto Envolvendo Mulheres no Enfrentamento da Feminização da AIDS, parceria com a Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB).

Assinatura de convênio federal para implantação de Centros de Referência nos municípios de Teixeira de Freitas, Barreiras, Camacan, Porto Seguro e Itaberaba.

Implantação de cinco delegacias especializadas de atendimento às mulheres (DEAMs) pela Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Aquisição de 24 veículos, por meio de convênio federal, para cessão aos municípios com organismos que compõem a rede estadual de atendimento às mulheres em situação de violência.

Reunião do Fórum de Gestoras de Políticas para as Mulheres

Feira Estadual de Agricultura Familiar e Economia Feminista Solidária

Seminário 'Reflexões, Propostas e Ações para o Enfrentamento à Violência contra LGBT na Bahia,' parceria com a SJDHDS.

Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em parceria com a SEAGRI, por meio da Bahia Pesca.

Estruturação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência com a implantação de serviços em 23 municípios.

Ações 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

2014

Segundo ano da campanha "Respeito à Mulher. Entre nesse bloco"

Ação de sensibilização e aplicação de formulário para investigação de registros de situações de violência contra as mulheres no Observatório Municipal de Violência Racial e de Gênero no Carnaval

Campanha Março Mulher "Quando a mulher ganha espaço, quem perde é o preconceito".

Lançamento do Projeto Trilha para as Mulheres para qualificação social e profissional de jovens, ação realizada em parceria com o Governo Federal.

Início das atividades das Unidades Móveis (ônibus lilás) viabilizadas por meio de convênio federal.

Assinatura do 2º Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com adesão de 72 municípios.

Formação de Grupo de Trabalho para discutir implantação do botão de pânico e da patrulha Maria

da Penha

Realização do III Seminário de Intercâmbio de Experiência de Abrigamento no Nordeste.

Realização do Seminário Mulher Negra e Empreendedora em parceria com o SEBRAE

Lançamento do livro "Mulheres de Axé"

Instituição do comitê gestor da Casa da Mulher Brasileira. No ano seguinte houve a suspensão do processo licitatório em decorrência da instabilidade política.

Instalação do Fórum Estadual permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e das Águas

16 dias de ativismo



2015

Campanha contra o assédio no Carnaval com o tema: "Vá na Moral ou Vai se Dar Mal", com a participação da farmacêutica Maria da Penha no lançamento da atividade.

Implantação da Ronda Maria da Penha

Lançamento do Edital Março Mulher 2015

Realização da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres após realização das conferências municipais e territoriais

Início da execução do Projeto Margaridas

Feira Estadual de Agricultura Familiar e Economia Feminista Solidária mobilizando 70 grupos produtivos de 19 territórios de identidade.

Entrega de equipamentos para seis CRAMs localizados em Teixeira de Freitas, Itaberaba, Barreiras, Ilhéus, Porto Seguro e Camacan.

Capacitação em gênero das equipes técnicas de cinco novos CRAMs.

Entrega de sete casas de farinha móveis

Mobilização dos 16 dias de ativismo

2016

Edital Março Mulher 2016

Campanha Vá na Moral ou Vai se Dar Mal

Lançamento do Projeto Mulher com a Palavra

Lançamento do Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre

Lançamento do Projeto Lavadeiras Ampliando Horizontes

Entrega de sete casas de farinha móveis

Ações da campanha Quem ama, abraça - fazendo escola

Lançamento do Projeto Fala Menina

Lançamento do projeto Caravanas Cravos e Rosas

Convênio firmado com a SNPM para manutenção das Unidades Móveis

Execução do Projeto Margaridas

Caminhadas Eles por Elas - 16 dias de ativismo



2017

Campanha Respeita as Mina

Trio Respeita as Mina contra o assédio no Carnaval

Caravanas Respeita as Mina

Qualificação de agentes penitenciários no Conjunto

Penal Feminino de Salvador

Edital Março Mulher

Execução do Projeto Novos Olhares, Novos Tempos

Execução do Projeto Por uma Vida sem Violência,

viabilizado por meio de convênio federal, com ações nos municípios de Ituberá e Valença (Baixo Sul),

Nazaré e Cachoeira (recôncavo), Amélia Rodrigues e Conceição de Feira (Portal do Sertão)

Finalização da execução do Projeto Margaridas

Segunda etapa do Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre

Feira de Agricultura Familiar e Economia Feminista

Entrega de quatro unidades de casas de farinha móveis

Projeto Respeita as Mina Litoral Sul

Execução do Projeto Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres na Bahia – Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais, viabilizado por meio de convênio federal.

Projeto Ciranda Rural com a Ronda Maria da Penha, parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Segurança Pública (SSP), Agricultura e Pecuária (Seagri), Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e Promoção da Igualdade Racial (Sepromi)

Evento Meninas Digitais, Desafio Bahia Hackaton

Participação na Campus Party

Prêmio Bahia pela Diversidade – Edição Mulheres nas Ciências parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

Projeto Grafitaê: o projeto da Secretaria da Educação (SEC) contou com a participação da SPM-BA em ações de sensibilização da campanha Respeita as Mina e oficinas do projeto Quem ama, abraça.

Projeto Fala Menina – Respeita as Pretas

Projeto Mulher com a Palavra – ano II

Caminhada Eles por Elas - 21 dias de ativismo

Entrega de veículo para CRAM de Simões Filho

Inauguração do CRAM de Jacobina

2018

Campanha e Trio Respeita as Mina

Projeto Jam no MAM com as Mina

Lançamento do Jogo do Espelho

Projeto piloto “O Valente não é violento”, iniciativa da ONU Mulheres realizada em parceria com a SPM na Bahia

Projeto Respeita as Mina no Esporte, parceria com a Sudesb

Lançamento do Projeto Respeita as Mina na Saúde em parceria com a Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB)

Assinatura de Termo de Compromisso com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) para disponibilização de tornozeleira eletrônica para monitoramento de acusados ou condenados em casos de violência doméstica, além de uso do botão de alarme.

Capacitação de agentes de segurança

Lançamento do SAC Mulher Digital

Edital Março Mulheres 2018

Projeto as Mina na Música, parceria com a Neojibá e Instituto Avon

Caravana Respeita as Mina

Lançamento do livro Mulheres: diversidade e direitos humanos.

Lançamento da publicação Mulheres chefas de família: perfil da monoparentalidade feminina na Bahia, parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

Participação no Projeto Olho de Peixe realizado pelo Grupo de Pesquisa em Gênero e Tecnologias

Digitais e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Projeto Fala Menina – Respeita as Pretas

Ato Cultural em homenagem a Conceição Evaristo

Projeto Mulher com a Palavra – Ano III

21 dias de ativismo: as mina no Metrô

Inauguração do CRAM de Santa Cruz Cabralia

2019

Edital Respeita as Mina 2019

Campanha e Trio Respeita as Mina Respeita as Mina contra o assédio

Qualificação em gênero de agentes de segurança (Polícia Civil e Militar)

Oficina de formação para egressos masculinos do sistema prisional

Seminário Estadual de Organismos de Políticas para as Mulheres

Capacitação de unidades da Ronda Maria da Penha e Patrulha Maria da Penha

Campanha de Combate a Masculinidade Tóxica

Entrega de cinco casas de farinha móveis

Ação 'Giro pela Vida contra o câncer de mama' realizada pelo Instituto Avon em parceria com a SPM Bahia

Debate Quarta Onda do Feminismo

Projeto Fala Menina – Respeita as Pretas

Projeto Mulher com a Palavra IV

21 dias de ativismo – Na rédea curta no metrô

2020

Campanha Respeita as Mina – Pega Visão

Lançamento da Casa Respeita as Mina

Campanha Lave as Mãos contra o Coronavírus, contra a violência doméstica não!

Lançamento do Protocolo do Femicídio da Bahia

Lançamento do Projeto Salas de Gênero

Encerramento da execução do Projeto Respeita as Mina Litoral Sul

Participação na 14ª Conferência Regional sobre Mulheres na América Latina e Caribe

Formação para Mulheres em Situação de Cárcere

Webinário Cidades Democráticas para Mulheres

Lançamento do Sine Bahia Mulher, parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE)

Webinário "A covid-19 e a economia: o impacto na vida das mulheres"

Webinário "Mulheres em situação de rua em época de pandemia"

Julho Respeita as Pretas - Live-Conferência #VidasNegrasImportam com a escritora Conceição Evaristo

Lançamento da Rede Mulher Solidária para ações de segurança alimentar e dignidade das mulheres mais vulneráveis durante a pandemia

Lançamento do Zap Respeita as Mina

Campanha 21 dias de ativismo

2021

Entrega de veículo para CRAM de Lauro de Freitas

Entrega de 14 casas de farinha móveis. Entre as comunidades contempladas esta a Aldeia Igalha, em Ilhéus.

Assinatura de convênios federais para reestruturação da SPM, Unidade Produtiva de Corte e Costura, Respeita as Mina do Campo e das Águas, Caravana Respeita as Mina e instalação de CRAM em Guanambi (Emendas parlamentares)

Qualificação em gênero de equipes da Polícia Civil

Instalação de grupo de trabalho entre a SPM e SETRE para sistematização de propostas de projetos relacionados ao trabalho, geração de renda e fomento ao esporte com vista à igualdade de gênero.

Lançamento do Edital Inventiva, parceria com a SECTI e FAPESB

Lançamento do Catálogo Compre das Mina

Ampliação dos serviços da Delegacia Digital, que passou a permitir o registro de todos os crimes previstos na Lei Maria da Penha. Ação da SSP com participação ativa da SPM.

Projeto Fala Menina

Projeto Mulher com a Palavra ano V

Tambores pelo fim da violência contra as mulheres – 21 dias de ativismo

2022

Lançamento da Coleção Respeita as Mina em parceria com a Alba

Lançamento do Festival Carranca Boat de combate ao câncer de mama em parceria com a Sudesb

Entrega de veículo para CRAM Irmã Dulce, em Salvador

Entrega de quatro casas de farinha para comunidades dos municípios de Cruz das Almas, Ubaitaba e Capim Grosso.

Edital de Chamada Pública Dinamização de Negócios Produtivos Liderados por Mulheres, parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Lançamento do Edital Respeita as Minas das Águas, parceria com a Bahia Pesca/SEAGRI.

Lançamento do Edital Respeita as Minas 2022

Ações do Projeto Sala de Gênero

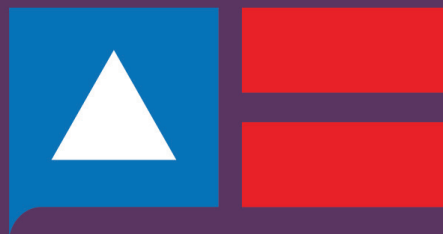
Inauguração do CRAM de Cachoeira

Tambores pelo Fim da Violência - 21 dias de ativismo

Festival Carranca Boat de combate ao câncer de mama, parceria com a Federação Baiana de Canoagem, Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), Secretaria da Saúde (Sesab) e patrocínio cultural da Bahiagás.

Assinatura de Termo de cooperação com Sistema Fecomércio-BA para ações de sensibilização no combate à violência contra as mulheres e empoderamento feminino no setor do comércio.

Regularização fundiária de titularidade da posse de terras para as mulheres, em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) (em execução).



**GOVERNO
DO ESTADO**

Bahia. Pronta pra avançar mais.



DENUNCIE: LIGUE 180



(71) 3117-2815



**GOVERNO
DO ESTADO**